

Multiner S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas,
acompanhadas do relatório do auditor independente
em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 2537U-048-PB



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	16
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023	23



Multiner S.A.

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições estatutárias e legais, submetemos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 da Multiner S.A. (“Companhia” ou “Multiner”).

O presente Relatório da Administração cumpre a exigência da Lei 6.404/76 e é apresentado de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais individuais e consolidadas.

O presente Relatório da Administração deve ser lido em conjunto com as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas. As informações estão apresentadas em milhões de reais e em base consolidada, exceto quando indicado de outra forma. Efeitos de arredondamentos podem causar diferenças nas variações percentuais, quando comparadas às Demonstrações Financeiras, apresentadas em reais mil.

Destaques do Exercício

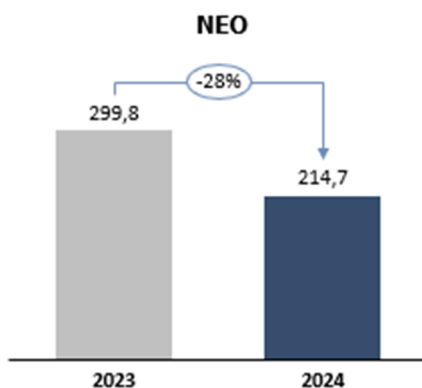
	Consolidado		
	31.12.2024	31.12.2023	Δ %
Receita Operacional Líquida	172,2	253,2	-32%
Resultado Bruto	(31,5)	65,0	-148%
Margem bruta	-18%	26%	-44 p.p.
EBITDA	64,5	195,4	-67%
Margem EBITDA	37%	77%	-40 p.p.
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(44,0)	237,0	-119%

Desempenho Operacional – NEO

A controlada New Energy Options Geração de Energia S.A. (“NEO”) possui dois parques eólicos Alegria I e II, com capacidade total instalada de 151,80 MW e está localizada na cidade de Guamaré/RN. Os parques eólicos estão em operação comercial desde dezembro de 2010 (Alegria I) e dezembro de 2011 (Alegria II). O complexo Alegria está inserido no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”) e possui contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements* - PPAs), com vigência até 2030 com a ENBPAR (Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional).



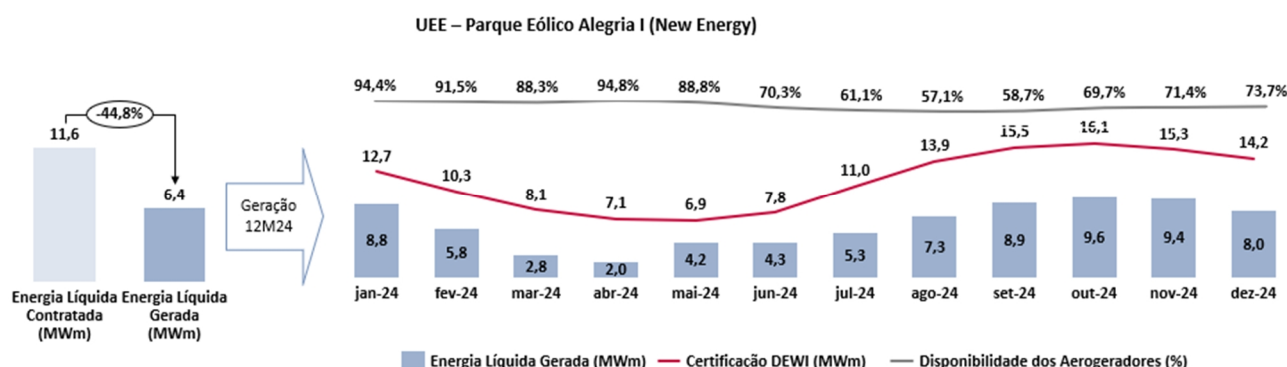
No gráfico a seguir é apresentado o comparativo da geração líquida total em MWh médio para os exercícios de 2024 e 2023 do Complexo Eólico Alegria (Parques Eólicos Alegria I e II):

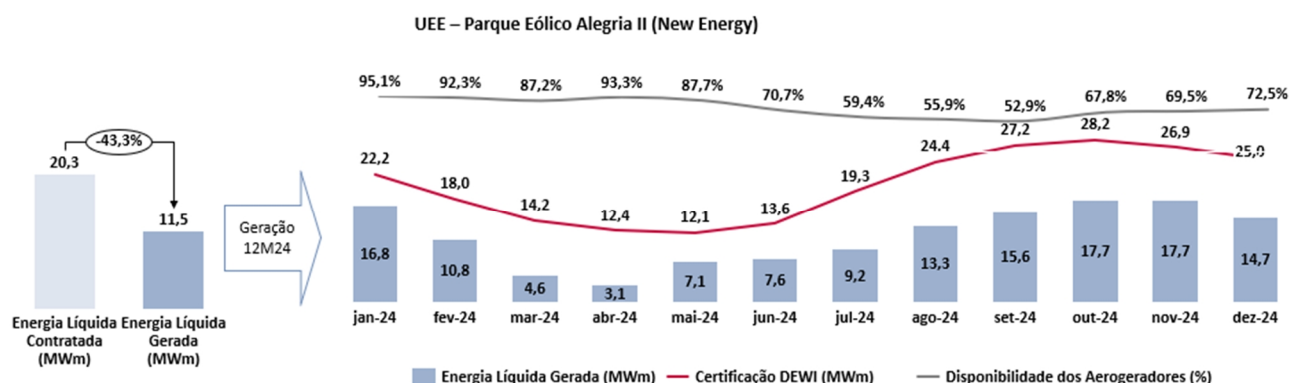


A redução na geração de energia em 2024 é atribuída principalmente às restrições de geração do ONS, à baixa média da velocidade de vento, e às falhas de pás e manutenções corretivas realizadas nas usinas.

Em 2024, o Complexo Alegria alcançou uma geração líquida média de 17,9 MWh, uma redução de 28% em relação a geração líquida média de 25,0 MWh de 2023. No Parque Alegria I, a geração líquida média de 2024 atingiu 6,4 MWh, refletindo uma redução de 28% em relação a 2023 que registrou uma média de 8,8 MWh. Adicionalmente, o Parque Alegria II registrou em 2024 uma geração líquida média de 11,5 MWh, uma redução de 29% em comparação com 2023, quando gerou uma média de 16,2 MW.

Os gráficos a seguir, apresentam a energia líquida contratada versus a energia líquida gerada mês a mês no período dos Parques Eólicos Alegria I e II:



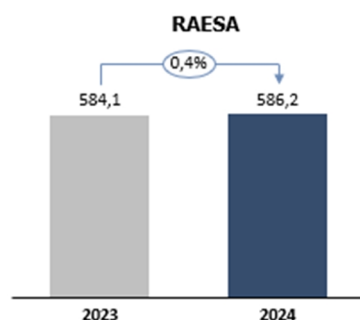


Desempenho Operacional – Raesa

A controlada indireta Raesa, atualmente, está equipada com cinco motores WÄRTSILÄ W18V50SG, equipamentos convertidos em 2021 para operar exclusivamente com Gás Natural e possui contrato de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements – PPAs*), com vigência até 2025. A conversão dos equipamentos de Raesa resultou em uma melhora significativa na performance dos motores, os quais agora entregam uma potência instalada de 18,35 MW cada (anteriormente, a potência instalada era de 17,08 MW). Como resultado, a potência total instalada da usina aumentou de 85,38 MW para 91,75 MW.

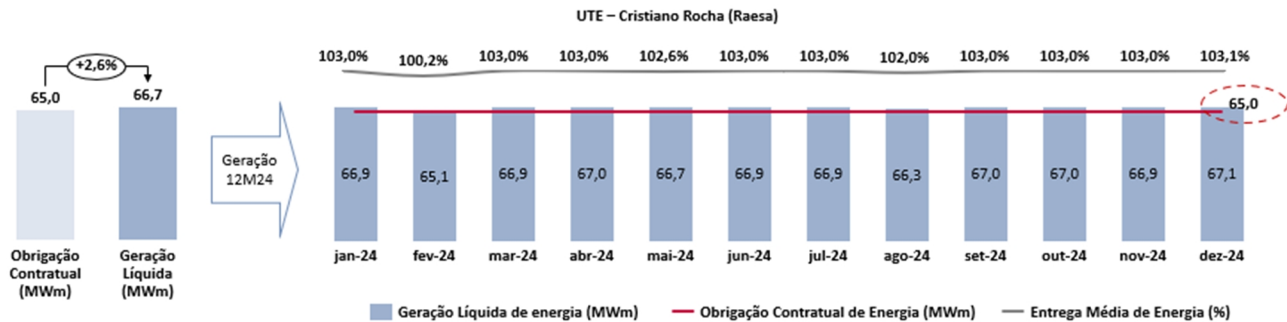
No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a potência média do período foi de 66,7 MW médio, o que reflete uma entrega média de energia de 102,7%. A obrigação contratual estabelecida com a Centrais Elétricas do Norte S/A – Eletronorte é de 65 MW médio. O excelente desempenho operacional da usina ao longo desse período permitiu que o índice de cumprimento do contrato superasse os 100%, mantendo-se dentro dos limites contratuais estabelecidos em 103%. Isso ressalta a eficácia da decisão de converter os motores para consumo 100,0% a Gás Natural, especialmente em relação ao contínuo desempenho dos equipamentos.

No gráfico a seguir é apresentado o comparativo da geração líquida total em MWh médio para os exercícios de 2024 e 2023 de Raesa:





O gráfico a seguir, apresenta a energia líquida contratada versus a energia líquida gerada mês a mês no período de Raesa:



Saúde, Segurança e Meio Ambiente

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a gestão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (“SSMA”) da Multiner seguiu engajada no aprimoramento de seus processos, encerrando o exercício com a controlada indireta Raesa com 1.186 dias sem acidentes com afastamento, e a controlada NEO, no Parque Eólico Alegria I com 812 dias sem acidentes com afastamento e no Parque Eólico Alegria II com 831 dias sem acidentes com afastamento.

A Companhia entende que todos os acidentes podem e devem ser evitados, e que a excelência na busca de ambientes mais seguros e colaboradores conscientes de suas responsabilidades sociais e ambientais, são metas permanentes da Administração. Nesse sentido a Companhia mantém um rigoroso programa de Gestão de Riscos com mapeamento detalhado de cada atividade executada nas usinas.

Compliance

A Administração da Companhia conta com uma estrutura de Compliance, que entre outros objetivos, busca assegurar, em conjunto com as demais áreas, a adequação e o fortalecimento do sistema de controles internos, procurando mitigar riscos de acordo com a complexidade de seus negócios e, ainda, disseminar a cultura de controles para o cumprimento das leis, contribuindo, desta forma, para o crescimento da percepção externa de valor de sua Governança Corporativa.

A Multiner é membro do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e o programa de Compliance da Companhia está alicerçado nas melhores práticas de mercado observando os requisitos da ISO 19.600 (Sistema de Gestão de Compliance), ISO 37.001 (Sistema de Gestão Antissuborno) e Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção). A estrutura do Programa de Compliance da Companhia é composta das seguintes linhas estratégicas: Avaliação de Riscos, Estruturação de Papéis e Responsabilidades, Código de Ética, Elaboração de Políticas e Procedimentos, Gestão de Controles Internos e Gestão de Canal de Denúncias, bem como realização de *due diligence* de fornecedores no momento de sua respectiva contratação, através de uma plataforma tecnológica.



Desempenho Econômico-Financeiro¹

	Consolidado			
	31.12.2024	31.12.2023	Δ R\$	Δ %
Receita operacional bruta	209,4	288,0	(78,6)	-27%
Deduções da Receita	(37,2)	(34,8)	(2,4)	7%
Receita operacional líquida	172,2	253,2	(81,0)	-32%
(-) Custo operacionais	(203,7)	(188,2)	(15,5)	8%
Resultado Bruto	(31,5)	65,0	(96,5)	-148%
Margem bruta	-18%	26%		-44 p.p.
Despesas gerais e administrativas	4,9	10,2	(5,3)	-52%
Outras (despesas) receitas	(1,0)	50,1	(51,1)	-102%
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	(27,6)	125,3	(152,9)	-122%
Receitas financeiras	169,7	229,3	(59,6)	-26%
Despesas financeiras	(188,7)	(112,7)	(76,0)	67%
Resultado financeiro líquido	(19,0)	116,6	(135,6)	-116%
Resultado antes do IR e CS	(46,6)	241,9	(288,5)	-119%
IRPJ/CSLL corrente	(4,1)	(30,5)	26,4	-87%
IRPJ/CSLL diferido	3,7	3,7	-	0%
Incentivos fiscais	3,0	21,9	(18,9)	-86%
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(44,0)	237,0	(281,0)	-119%

Receita Operacional Bruta

A Companhia encerrou o exercício de 2024 com uma receita operacional bruta de R\$ 209,4 milhões frente a R\$ 288,0 milhões em 2023, uma redução de R\$ 78,6 milhões ou -27%, impactado, principalmente, pela entrega de energia inferior da controlada Neo no exercício.

	31.12.2024	31.12.2023	Δ R\$	Δ %
Venda de energia contratada*	157,6	235,6	(78,0)	-33%
Receita com operação e manutenção - O&M	51,2	52,0	(0,8)	-1%
Venda de lastro de energia	0,2	-	0,2	0%
Outras receitas operacionais	0,4	0,4	(0,0)	-9%
Receita operacional bruta	209,4	288,0	(78,6)	-27%

*A receita de suprimento de venda de energia da controlada indireta Raesa está contabilizada no Resultado Financeiro, que é definida como receita de arrendamento financeiro.

¹ Em base consolidada e em milhões de reais



Receita Operacional Líquida

Em relação à receita operacional líquida, a Companhia encerrou 2024 em R\$ 172,2 milhões frente a R\$ 253,2 milhões em 2023, uma redução de R\$ 81,0 milhões ou -32% também impactado substancialmente pela entrega inferior de energia da controlada Neo.

	31.12.2024	31.12.2023	Δ R\$	Δ %
Receita operacional bruta	209,4	288,0	(78,6)	-27%
PIS e Cofins sobre faturamento	(22,6)	(20,5)	(2,1)	10%
ICMS s/ faturamento	(12,8)	(12,4)	(0,4)	3%
P&D s/faturamento	(1,8)	(1,9)	0,1	-5%
Receita operacional líquida	172,2	253,2	(81,0)	-32%

Custos Operacionais

A Companhia encerrou 2024 com os custos operacionais em R\$ (203,7) milhões frente a R\$ (188,2) milhões em 2023, um aumento de R\$ 15,5 milhões ou +8% entre períodos em razão de: (i) variação de R\$ 19,5 milhões na rubrica de depreciação e amortização; (ii) redução dos custos de operação e manutenção de R\$ 2,2 milhões, em razão do trabalho do reparo das pás eólicas da controlada Neo ocorrido em 2023; (iii) redução de R\$ 3,8 milhões de salários e encargos devido a terceirização da equipe de operação e manutenção da controlada indireta Raesa e remuneração variável ocorrida em 2023; e (iv) redução de R\$ 4 milhões em aluguel de máquinas e equipamentos decorrente da conclusão do cronograma de reparo das pás eólicas em 2023.

	31.12.2024	31.12.2023	Δ R\$	Δ %
Depreciação e Amortização (i)	(86,9)	(67,4)	(19,5)	29%
Operação e Manutenção (ii)	(70,1)	(72,3)	2,2	-3%
Encargos de uso e conexão do sistema de transmissão	(19,3)	(17,6)	(1,7)	10%
Salários e encargos (iii)	(8,1)	(11,9)	3,8	-32%
Seguros	(6,3)	(5,7)	(0,6)	11%
Aluguel de máquinas e equipamentos (iv)	(3,4)	(7,4)	4,0	-54%
Outros custos	(9,6)	(5,9)	(3,7)	63%
Total custos operacionais	(203,7)	(188,2)	(15,5)	8%

Despesas Gerais e Administrativas

Em 2024, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 4,9 milhões credor frente a R\$ 10,2 milhões credor em 2023, uma redução de R\$ 5,3 milhões ou -52% impactado principalmente por: (i) variação de R\$ 9,3 milhões da rubrica de serviços de terceiros, referente a reversão de provisão de serviços jurídicos do exercício de 2023 e serviços de assessoria financeira adicionais; (ii) variação de R\$ (15) milhões referente a provisão para perdas de créditos oriundos do ressarcimento da conta de consumo de combustível



da controlada indireta RAESA no exercício de 2023 e (iii) reversão de provisão de passivos contingentes, que tiveram alterações de prognósticos no exercício de 2024 da controlada NEO.

	31.12.2024	31.12.2023	Δ R\$	Δ %
Serviços de terceiros (i)	(8,7)	0,6	(9,3)	-1550%
Depreciação	(0,7)	(0,8)	0,1	-13%
Pessoal e administradores	(4,2)	(3,8)	(0,4)	11%
Provisão para perdas de créditos esperadas (ii)	-	15,0	(15,0)	-100%
(Provisão) Reversão de passivos contingentes (iii)	20,9	2,2	18,7	850%
Outras despesas	(2,4)	(3,0)	0,6	-20%
Total despesas gerais e administrativas	4,9	10,2	(5,3)	-52%

Outras Receitas e Despesas Operacionais

A rubrica de outras receitas apresentou uma redução expressiva nos períodos, ocorrido em razão do benefício apurado relacionado a Conta de Consumo Combustível da controlada indireta Raesa que gera benefício de reembolsos de consumo de óleo combustível relativo à conversão dos motores. O referido benefício foi finalizado no exercício de 2023.

	31.12.2024	31.12.2023	Δ R\$	Δ %
Perdas de estoque	(2,8)	9,2	(12,0)	-130%
Baixa de imobilizado	-	(4,6)	4,6	-100%
Sub rogação - CCC	-	45,6	(45,6)	-100%
Outras receitas (despesas)	1,8	(0,1)	1,9	-1900%
Total outras receitas e despesas operacionais	(1,0)	50,1	(51,1)	-102%

EBITDA

Em 2024, a Companhia atingiu EBITDA de R\$ 64,5 milhões frente a R\$ 195,4 milhões em 2023, uma redução de R\$ 130,9 milhões ou -67%.

EBITDA	31.12.2024	31.12.2023	Δ R\$	Δ %
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(44,0)	237,0	(281,0)	-119%
(+/-) receitas/despesas financeiras líquidas	19,0	(116,6)	135,6	-116%
(+/-) tributos sobre o lucro (IRPJ/CSLL)	(2,6)	4,9	(7,5)	-153%
(+) depreciação, amortização e exaustão	92,1	70,1	22,0	31%
EBITDA	64,5	195,4	(130,9)	-67%
Margem EBITDA	37%	77%		-40 p.p.



Endividamento

O endividamento da Companhia é composto por debêntures públicas, Cédula de Crédito Bancário (CCB) junto a Fundos de Pensão e financiamento junto ao Banco BNB.

A Companhia encerrou o exercício de 2024 com um endividamento bruto, no valor de R\$ 1.467,8 milhões, montante 7% maior ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 1.371,0 milhões. Já em termos de caixa e disponibilidades, a Companhia encerrou o exercício de 2024 com um saldo de R\$ 607,3 milhões versus R\$ 436,3 milhões em 31 de dezembro de 2023, um aumento de R\$ 171,0 milhões. Com isso, a dívida líquida da Companhia encerrou o ano de 2024 com um saldo de R\$ 860,5 milhões, uma variação de R\$ 74,2 milhões em relação ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 934,7 milhões.

	31.12.2024	31.12.2023	Δ R\$	Δ %
(+) Total de disponibilidades	607,3	436,3	171,0	39%
Caixa	1,4	32,9	(31,4)	-96%
Aplicações Financeiras	605,8	403,4	202,4	50%
(-) Total de empréstimos e financiamentos	1.467,8	1.371,0	96,8	7%
(=) Disponibilidades (dívida) líquida	(860,5)	(934,7)	74,2	-8%

Debêntures

No exercício de 2024, o saldo devedor das debêntures da Multiner é de R\$ 23,1 milhões (R\$ 19,8 milhões em 31 de dezembro de 2023), sendo 100% contabilizado no passivo circulante em razão do vencimento das debêntures ocorrido em 1º de julho de 2016.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro de 2024 atingiu o saldo líquido negativo de R\$ 19 milhões, estando R\$ 135,6 milhões ou 116% abaixo do saldo positivo apurado em 2023 de R\$ 116,6 milhões.

A principal variação apurada entre exercícios nas receitas financeiras foi devido a: (i) variação de R\$ (24) milhões na rubrica de receita e juros de arrendamento financeiro entre exercícios referente aos recebimentos e juros do contrato de arrendamento da controlada indireta RAESA e (ii) receita de reprocessamento da CCEE de R\$ (34,1) milhões em 2023, em decorrência da atualização financeira do reprocessamento dos créditos da Conta de Consumo de Combustíveis -CCC.

Já em relação a despesa financeira, a principal variação apurada entre exercícios foi de R\$ (67,7) milhões referente a juros e variação monetária sobre empréstimos e debêntures em razão do indexador IGP-M que em 2024 atingiu uma alta de 6,54% a.a. e em 2023 atingiu uma queda de- 3,18% a.a.



	31.12.2024	31.12.2023	Δ R\$	Δ %
Receita sobre aplicação financeira	54,7	53,5	1,2	2,2%
Receita e juros de arrendamento financeiro (i)	104,2	128,2	(24,0)	-18,7%
Receita de reprocessamento CCEE (ii)	-	34,1	(34,1)	-100,0%
Bônus adimplência	8,0	8,9	(0,9)	-10,1%
Outras receitas financeiras	2,8	4,6	(1,8)	-39,1%
Total receitas financeiras	169,7	229,3	(59,6)	-26%
Juros e variação monetária sobre empréstimos e debêntures	(147,8)	(80,1)	(67,7)	84,5%
Acréscimos contratuais	(18,8)	(15,9)	(2,9)	18,2%
Atualização de arrendamentos	(3,0)	(3,5)	0,5	-14,3%
Provisão para desmobilização	(3,7)	(3,4)	(0,3)	8,8%
Outras despesas financeiras	(15,4)	(9,8)	(5,6)	57,1%
Total despesas financeiras	(188,7)	(112,7)	(76,0)	67%
Total resultado financeiro	(19,0)	116,6	(135,6)	-116%

Eventos Subsequentes

Em 28 fevereiro de 2025, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner) celebraram o 2º aditivo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças relativo ao Processo de arbitragem da Reorganização Financeira, a qual estende o prazo da data limite do Termo de Compromisso previsto até 31 de março de 2025

Declaração dos Diretores

Os Diretores da Multiner S.A., declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e com as opiniões expressas no parecer de auditoria da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Aviso Legal

Esse relatório foi preparado tendo como objetivo indicar e explanar a situação atual e o andamento dos negócios da Companhia. Este documento é de propriedade da Multiner S.A, e não poderá ser utilizado, para qualquer outro fim, sem a prévia autorização.

As informações contidas neste documento, refletem as atuais condições e os entendimentos da Administração até a presente data, estando sujeitas a alterações. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão notabilizados neste documento e nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia encontra-se à disposição para eventuais dúvidas através do e-mail: ri@multiner.com.br ou através do telefone +55 11 4380-9250.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Multiner S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Multiner S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Multiner S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (atualmente denominadas como *IFRS Accounting Standards*).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato descrito na Nota Explicativa nº 1.1, que em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tem um montante total de prejuízos acumulados de R\$ 1.510.902 mil e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) individual de R\$199.028 mil e consolidado de R\$ 211.024 mil, e naquela data, o passivo circulante individual excedia o ativo circulante individual em R\$ 23.212 mil e consolidado em R\$ 461.169 mil. A referida Nota Explicativa divulga certas ações que estão sendo implementadas pela Administração da Companhia para a reversão desse cenário, notadamente quanto às renegociações das dívidas. A continuidade operacional da Companhia e de suas controladas depende da capacidade de a Administração executar os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração e do sucesso das ações que estão sendo tomadas pela Administração, principalmente os processos de renegociação das dívidas. Esses eventos e condições, juntamente com o fato de a Companhia não ter cumprido com determinadas cláusulas restritivas (“*covenants*”), conforme descrito na Nota Explicativa nº 18, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos. Além dos assuntos descritos na Seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que o assunto descrito adiante é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Contrato de reorganização e processo de arbitragem (Notas Explicativas nºs 1.1 e 1.2)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme Nota Explicativa nº 1.1, em 05 de abril de 2022, foi proferida sentença arbitral definitiva, por meio da qual o tribunal arbitral rejeitou os pedidos de resolução do Contrato de Reorganização e de Financiamento (“Contrato de Reorganização”) apresentados pelo Multiner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP”), Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A. (“Partes”), determinando a manutenção do Contrato de Reorganização e o cumprimento de determinadas obrigações nele prevista. Em agosto de 2022, as partes firmaram o “Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas” (“Termo de Compromisso”) e iniciaram tratativas para acordar a forma de continuidade do Contrato de Reorganização. Ainda, conforme divulgado na referida Nota Explicativa, em abril de 2024 as Partes celebraram o Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças (“Instrumento”), para fins de buscar a construção de uma solução extrajudicial que implementará o objetivo atual do FIP de desinvestimento estruturado na Companhia, com a consequente suspensão de toda e qualquer demanda judicial, arbitral ou extrajudicial entre Partes pelo prazo de 180 dias, prorrogáveis por mais 90 dias. Em fevereiro de 2025, as partes celebraram o 2º aditivo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, que estende o prazo até 31 de março de 2025. O Instrumento contém condições precedentes para ambas as partes que precisam ser realizadas no prazo para finalização e validação dos seus efeitos.

Esse tema foi considerado como Principal Assunto de Auditoria e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria durante o exercício de 2024, tendo em vista as incertezas relacionadas aos eventuais impactos da conclusão da Arbitragem e dos demais acordos firmados entre as Partes na posição patrimonial e financeira na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes de nossa resposta de auditoria, envolveram, entre outros, a realização da leitura dos documentos relacionados ao procedimento arbitral, incluindo a sentença proferida em 1º de fevereiro de 2022, a decisão proferida em 05 de abril de 2022, bem como o termo de compromisso firmado em 29 de agosto de 2022 e o Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças firmado em abril de 2024. Por fim, efetuamos leitura das informações divulgadas em notas explicativas.

Com base na abordagem de nossa auditoria, nos procedimentos efetuados e nas evidências de auditoria obtidas, entendemos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão consistentes com aquelas analisadas em nossos procedimentos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outro auditor independente, cujo relatório, datado de 27 de março de 2024, continha opinião sem modificação e parágrafo de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional, apresentada nesse relatório.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Standards Accounting Board* (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

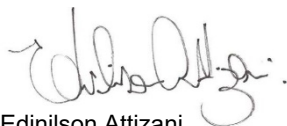
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que alguma lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

Balanços patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	51	1.153	607.270	436.317
Contas a receber	5	-	-	69.443	70.159
Tributos a recuperar	7	293	310	17.728	12.558
Arrendamento financeiro	9	-	-	22.463	21.338
Estoques	10	-	-	22.186	25.147
Despesas antecipadas	20	58	187	2.522	1.228
Adiantamento a fornecedores	6	9	97	3.541	3.373
Outros créditos ativo	20	216	225	230	6.075
Total ativo circulante		627	1.972	745.383	576.195
Não circulante					
Tributos a recuperar	7	-	-	60.718	86.692
Arrendamento financeiro	9	-	-	-	44.376
Depósitos judiciais	20	7.100	5.167	8.944	5.452
Partes relacionadas	8	410.361	410.519	408.117	408.117
Outros créditos	20	3.321	2.314	3.321	2.314
Depósitos vinculados	14	-	794	149.069	138.098
Propriedade para investimento	11	3.443	3.385	3.443	3.385
Investimento	13	4.971	6.763	-	-
Imobilizado	15	193	223	540.408	622.395
Intangível	12	133	22	59.858	69.638
Ativo de direito de uso	9.2	-	-	12.227	13.712
Total ativo não circulante		429.522	429.187	1.246.105	1.394.179
Total ativo		430.149	431.159	1.991.488	1.970.374

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Multiner S.A.

Balanços patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	1.012.125	924.630
Debêntures	18	23.052	19.784	23.052	19.784
Fornecedores	16	137	64	10.919	18.398
Obrigações sociais e trabalhistas	20	159	513	761	1.162
Obrigações tributárias	17	439	498	8.371	9.010
Passivos de arrendamento	9.2	-	-	874	918
Outras obrigações	20	52	205	150.450	79.721
Total passivo circulante		23.839	21.064	1.206.552	1.053.623
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	432.636	426.625
Fornecedores	16	-	-	152.086	137.144
Tributos diferidos		-	-	26.538	30.225
Passivos contingentes	22	831	45	4.191	25.657
Partes relacionadas	8	87.091	72.416	302.132	391.284
Provisão para perda de investimento	13.1	517.416	492.738	9.180	9.181
Provisão para desmobilização de ativos	19	-	-	50.138	44.858
Passivos de arrendamento	9.2	-	-	17.076	17.752
Outras obrigações	20	-	-	1.983	992
Total passivo não circulante		605.338	565.199	995.960	1.083.718
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	21				
Capital social		855.828	855.828	855.828	855.828
Reserva de capital		543.916	543.916	543.916	543.916
Ajuste de avaliação patrimonial		(87.870)	(87.870)	(87.870)	(87.870)
Prejuízos acumulados		(1.510.902)	(1.466.978)	(1.510.902)	(1.466.978)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto) atribuível aos acionistas controladores		(199.028)	(155.104)	(199.028)	(155.104)
Acionistas não controladores		-	-	(11.996)	(11.863)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(199.028)	(155.104)	(211.024)	(166.967)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		430.149	431.159	1.991.488	1.970.374

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Multiner S.A.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Receita operacional líquida	23	-	-	172.205	253.228
Custos operacionais	24	-	-	(203.727)	(188.150)
Resultado bruto		-	-	(31.522)	65.078
Outras receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	25	(3.290)	6.335	4.883	10.225
Outras receitas (despesas) operacionais	25	55	(148)	(1.001)	50.045
Resultado de equivalência patrimonial	13	(26.471)	230.889	(1)	-
Total receitas (despesas) operacionais, líquidas		(29.706)	237.076	3.881	60.270
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(29.706)	237.076	(27.641)	125.348
Receitas financeiras	26	1.901	148	169.739	229.300
Despesas financeiras	26	(16.119)	(7.297)	(188.742)	(112.724)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(14.218)	(7.149)	(19.003)	116.576
Resultado antes dos impostos		(43.924)	229.927	(46.644)	241.924
Imposto de renda e contribuição social corrente	27	-	-	(4.133)	(30.485)
Imposto de renda e contribuição social diferido	27	-	-	3.687	3.687
Incentivos fiscais (Sudam / Sudene)	27	-	-	3.033	21.888
Lucro (prejuízo) líquido do período das operações continuadas		(43.924)	229.927	(44.057)	237.014
Lucro (prejuízo) líquido do período atribuído aos sócios controladores		(43.924)	229.927	(43.924)	229.927
Lucro (prejuízo) líquido do período atribuído aos sócios não controladores		-	-	(133)	7.087

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Multiner S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Lucro (prejuízo) do exercício	(43.924)	229.927	(44.057)	237.014
Resultado abrangente total	(43.924)	229.927	(44.057)	237.014
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores	(43.924)	229.927	(43.924)	229.927
Acionistas não controladores	-	-	(133)	7.087

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Multiner S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros / Prejuízos acumulados	Acionistas da empresa individual	Participação de não controladores	Total
		Ágio na emissão de ações	Reserva de capital					
Saldos em 31 de dezembro de 2022	855.828	465.801	78.115	(87.870)	(1.696.905)	(385.031)	(18.950)	(403.981)
Lucro do exercício	-	-	-	-	229.927	229.927	7.087	237.014
Saldos em 31 de dezembro de 2023	855.828	465.801	78.115	(87.870)	(1.466.978)	(155.104)	(11.863)	(166.967)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(43.924)	(43.924)	(133)	(44.057)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	855.828	465.801	78.115	(87.870)	(1.510.902)	(199.028)	(11.996)	(211.024)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Multiner S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(43.924)	229.927	(46.644)	241.924
Ajustes por:					
Resultado de equivalência patrimonial	13	26.471	(230.889)	-	1
Juros ativos sobre operações de mútuos		-	-	(7.131)	-
Juros passivos sobre operações de mútuos		7.131	5.764	7.131	-
Juros sobre debêntures	26	2.762	1.335	2.762	1.335
Juros ativos s/ empréstimos e financiamentos - CCBs		-	-	97.592	103.005
Juros e variação monetária sobre arrendamento financeiro - arrendado	9.1	-	-	-	(128.225)
Juros e variação monetárias s/ arrendamento mercantil	9.2	-	-	-	2.840
Variação monetária sobre debêntures	9.1 e 26	506	(287)	506	(287)
Variação monetária sobre empréstimos	26	-	-	46.300	(24.547)
Variação monetária outras	26	-	-	-	(667)
IOF sobre operações de mútuos	30	-	-	(2.889)	-
Variação cambial	26	-	445	-	-
Provisão por redução de valor recuperável do ativo	25.2	-	149	-	(9.232)
Amortização de custo de transação	26	-	-	1.927	1.922
Depreciação e amortização	12 e 15	31	102	92.119	70.077
Amortização arrendamento - Direito de uso	9.2	-	-	1.485	2.337
Provisão (reversão) para perda de estoque obsoleto		-	-	-	(119)
Provisão (reversão) de crédito de liquidação duvidosa		-	-	-	(13.722)
Provisão (reversão) para contingências		786	(217)	(21.466)	(2.213)
Atualização de provisão para desmobilização de ativo	19 e 26	-	-	5.280	4.650
Baixa do Imobilizado	12	-	49	-	4.669
Outros		-	1	-	(1)
Variação nos ativos e passivos					
Contas a receber	6	-	-	716	25.349
Tributos a recuperar	7	17	44	20.804	13.683
Despesas antecipadas		129	-	(1.294)	-
Adiantamento a fornecedores		88	-	(168)	-
Depósitos judiciais		(1.933)	-	(3.492)	-
Estoque de peças	10	-	-	2.961	(2.887)
Transferências de imobilizado para estoques	15	-	-	-	150
Outros créditos de ativos	20.1	(998)	507	4.838	6.296
Fornecedores	16	73	(355)	7.463	2.614
Obrigações tributárias	17	(59)	26	(639)	(7.795)
Obrigações sociais e trabalhistas		(354)	(457)	(401)	(1.051)
Outras obrigações	20.2	(153)	(28.354)	71.720	(77.362)
Serviços compartilhados	30	(2.858)	(9.261)	(3.281)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(1.100)	(7.691)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - Juros	30	-	-	(76.187)	(35.291)
Amortização do Arrendamento Financeiro	24 e 9.1	-	-	43.251	148.404
Caixa líquido gerado (utilizado)nas atividades operacionais		(12.285)	(31.471)	242.163	318.166
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aumento de capital em investidas	13.1 e 13.3	-	(1.518)	-	-
Aquisição de Imobilizado	15	-	-	(227)	(515)
Aquisição empréstimo		-	-	89.152	-
Aquisição de intangível		(113)	(12)	(125)	(12)
Depósitos vinculados - contas reserva	14	794	-	(10.971)	(16.414)
Propriedade de investimeto		(58)	-	(58)	-
Caixa líquido gerado (utilizado)nas atividades de investimentos		623	(1.530)	77.771	(16.941)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de arrendamento mercantil	9.2	-	-	(720)	(4.084)
Empréstimos concedido a partes relacionadas		(12)	(16)	(4.403)	-
Recebimentos de empréstimos concedidos a partes relacionadas	30	2.382	4.611	2.382	-
Empréstimos e financiamentos obtidos com partes relacionadas		8.190	28.367	8.190	-
Transferência de partes relacionadas para empréstimo		-	-	(89.152)	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - Principal	30	-	-	(65.279)	(128.066)
Caixa líquido gerado (utilizado)nas atividades de financiamentos		10.560	32.962	(148.982)	(132.150)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(1.102)	(39)	170.952	169.075
Saldo no início do exercício		1.153	1.192	436.317	267.242
Saldo no final do exercício		51	1.153	607.270	436.317
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(1.102)	(39)	170.953	169.075

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Multiner S.A.

Demonstrações dos valores adicionados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Receitas		58	2	218.426	347.426
Venda de energia	22	-	-	209.396	287.996
Outras receitas		-	2	45	45.708
(Provisão) reversão para perda	24.1 (ii)	58	-	8.985	13.722
Insumos adquiridos por terceiros		(1.824)	7.355	(122.938)	(101.049)
Custo do serviço		-	-	-	-
Serviços de terceiros		(1.044)	7.443	(76.065)	(63.749)
Materiais, energia e outros		41	(156)	(55.060)	(48.745)
Perda/recuperação valores ativos		-	(149)	(1.889)	9.232
Provisão para contingências		(821)	217	10.076	2.213
Valor adicionado bruto		(1.766)	7.357	95.488	246.377
Retenções		(29)	(102)	(76.163)	(70.077)
Depreciação e amortização	11 e 14	(29)	(102)	(76.163)	(70.077)
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade		(1.795)	7.255	19.325	176.300
Valor adicionado recebido em transferência		(24.570)	231.037	169.740	229.299
Resultado de equivalência patrimonial	12	(26.471)	230.889	-	(1)
Receitas financeiras	25	1.901	148	169.740	229.300
Valor adicionado a distribuir		(26.365)	238.292	189.065	405.599
Distribuição do valor adicionado		(26.365)	238.292	189.065	405.599
Pessoal		1.166	637	10.645	13.620
Remuneração direta		477	(728)	5.270	5.385
FGTS		10	42	283	431
Benefícios		68	547	2.044	4.565
Honorários dos administradores		611	776	3.048	3.239
-		-	-	-	-
Tributos		205	328	27.898	32.537
Federais		-	311	43	20.933
Federais Diferido		-	-	(3.687)	(3.687)
Estaduais		-	-	52.991	15.246
Municipais		205	17	(21.449)	45
Remuneração de capitais de terceiros		16.188	7.400	194.579	122.428
Aluguéis		69	103	5.838	9.704
Despesas financeiras	25	16.119	7.297	188.741	112.724
Remuneração de capitais próprios		(43.924)	229.927	(44.057)	237.014
Lucro (prejuízo) líquido do período		(43.924)	229.927	(43.924)	229.927
Participação dos não controladores		-	-	(133)	7.087
Valor adicionado (consumido) distribuído		(26.365)	238.292	189.065	405.599

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Multiner S.A. ("Multiner" ou "Companhia") é uma *holding*, constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, categoria B, sediada na cidade de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, 15º andar, Bairro Itaim Bibi, e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista ou sócia atuante no segmento de energia elétrica.

A estrutura acionária da Companhia, de forma consolidada, é formada por: (i) 72,22% de ações detidas pelo Multiner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, gerido pela Polo Capital Management e administrado pela Planner Corretora de Valores S.A., constituído sob a forma de condomínio fechado por entidades fechadas de previdência complementar (o "FIP Multiner"), 27,78% de ações detidas em conjunto pela Brasilterm Energia S.A. e Bolognesi Energia S.A. ("Grupo Bolognesi"). Estas são divididas em ações ordinárias e preferenciais da seguinte forma: (i) Ações Ordinárias: 51,91% detido pelo Grupo Bolognesi, 48,09% detido pelo FIP Multiner; e (ii) Ações Preferenciais: 99,99% detidas pelo FIP Multiner e 0,01% detidas pela Bolognesi Energia S.A.

Atualmente, a Companhia participa em (i) usinas de geração de energia termoeletrica a gás natural ("UTE") e (ii) usina de geração de energia elétrica de fonte eólica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Os investimentos da Companhia possuem 243,55 MWh* de capacidade instalada em 31 de dezembro de 2024.

* Informação não financeira não auditada

Relação dos ativos de geração de energia elétrica:

Controladas	Fonte	Situação	Autorização ANEEL	Prazo do PPA		Início da Operação Comercial
				Início	Término	
Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA") – UTE Cristiano Rocha (i)	GNL	Em operação	Resolução nº	20/05/2005	20/05/2025(i)	16/11/2006
New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO") – Parque Alegria I	Eólica	Em operação	Resolução nº	07/03/2005	25/12/2030	30/12/2010
New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO") – Parque Alegria II	Eólica	Em operação	Resolução nº	11/08/2004	30/08/2030	30/12/2011
Termelétrica Itapebi S.A. ("Itapebi")	Óleo	Outorga revogada em 10/07/2012				
Termelétrica Monte Pascoal S.A. ("Monte Pascoal")	Óleo	Outorga revogada em 10/07/2012				
Termelétrica Pernambuco IV S.A. ("Pernambuco IV")	Óleo	Outorga revogada em 24/04/2012				
Termelétrica Termopower V S.A. ("Termopower V")	Óleo	Outorga revogada em 13/09/2012				
Termelétrica Termopower VI S.A. ("Termopower VI")	Óleo	Outorga revogada em 13/09/2012				

- (i) A controlada indireta RIO AMAZONAS ENERGIA S/A, celebrou em 20/05/2005, na qualidade de contratada, o contrato de suprimento de energia elétrica, de produtor independente de energia (PIE) com a então denominada MANAUS ENERGIA S.A., atual ELETRONORTE (Centrais Elétricas do Norte S.A.), na qualidade de contratante, na modalidade BOT (*Build, Operate and Transfer*), ou seja, responsável pela realização de investimentos em bens e instalações e a obrigação de projetar, construir, operar, manter e, ao final, transferir ao contratante a usina e equipamentos de conexão. O prazo de vigência deste contrato é de 20 anos, com término em 20/05/2025, quando o empreendimento (ativos) deverá ser revertido (transferência de titularidade) ao patrimônio da contratante.

1.1 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava patrimônio líquido negativo individual de R\$ 199.028 (R\$ 155.104 em 31 de dezembro de 2023) e consolidado de R\$ 211.024 (R\$ 166.967 em 31 de dezembro de 2023), decorrente, principalmente, dos prejuízos acumulados de R\$ 1.510.902 (R\$ 1.466.978 em 31 de dezembro de 2023), e capital circulante líquido negativo individual de R\$ 23.212 (R\$ 19.092 em 31 de dezembro de 2023) e consolidado de R\$ 461.169 (R\$ 477.427 em 31 de dezembro de 2023), em virtude, dentre outros motivos, da reclassificação de parcela do endividamento da Companhia e da controlada indireta RAESA para o passivo circulante, em razão de pendências relacionadas às dívidas, mas que não refletem em compromisso de caixa de curto prazo da Companhia e de suas controladas, devido a Companhia já estar em tratativas para regularização.

O endividamento da Companhia é preponderantemente contratado com partes relacionadas, as quais negociam, por meio do Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2, a converter parcela significativa do endividamento das subsidiárias da Companhia em capital da Mesa Participações S.A. ou da própria Companhia, e alongar as amortizações para o longo prazo.

A Administração da Companhia está atuando junto aos seus credores para realizar o reperfilamento das dívidas, no intuito de equacionar a estrutura do endividamento da Companhia e suas controladas, mas cuja definição final envolve acionistas e credores.

Essa situação indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Considerando que a expectativa da Administração é de que a reorganização financeira ocorrerá nos termos inicialmente pactuados conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2, a Companhia entende que manterá a continuidade das suas operações, uma vez que as subsidiárias operacionais possuem contratos firmados de compra e venda de energia elétrica de longo prazo, sendo assim, estas informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

1.2 Processo de arbitragem – Reorganização Financeira

Em 28 de março de 2012, o Grupo Bolognesi firmou o contrato de compra e venda de ações da Multiner, passando a deter a maioria das ações ordinárias, e na mesma data celebrou com o FIP Multiner e seus cotistas o Contrato de Reorganização e de Financiamento da Multiner S.A. (o “Contrato de Reorganização”).

Em dezembro de 2017, foi instaurada arbitragem que visa equacionar as controvérsias societárias em virtude das obrigações previstas no Contrato de Reorganização entre os acionistas da Multiner S.A. (Brasilterm Energia e Bolognesi Energia, como Requerentes, e FIP Multiner e seus cotistas, como requeridos), incluindo, mas não se limitando, ao pedido de inexigibilidade de certas dívidas assumidas pelos Requerentes. Em abril de 2022, houve sentença final definitiva, bem como a determinação de execução específica do Contrato de Reorganização, com obrigação de aporte por parte dos Requerentes, na forma prevista no Contrato de Reorganização.

A sentença arbitral definitiva, que está sob sigilo, determina de maneira geral o cumprimento do Contrato de Reorganização, incluindo, mas não se limitando a, (i) a inexigibilidade de determinados créditos conversíveis (Cédulas Créditos Bancários) e dívidas (mútuos) entre a Companhia e algumas Partes relacionadas, até que haja a respectiva compensação entre si, seja por meio de conversão em capital ou outra forma ajustada entre as Partes, bem como (ii) a obrigação de aportes na Companhia pelo acionista Bolognesi e Brasilterm Energia, dentre outros.

Em agosto de 2022, as partes firmaram o “Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas” (“Termo de Compromisso”) no qual as partes assumiram o compromisso recíproco de (i) não praticar, durante a vigência do referido instrumento, quaisquer atos, medidas judiciais, extrajudiciais ou arbitrais que visem a discutir ou exigir o cumprimento da Sentença Arbitral; e (ii) envidar seus melhores esforços para chegarem a um acordo definitivo, abrangendo as demandas e/ou disputas entre as partes.

Diante da decisão arbitral proferida e do Termo de Compromisso, a Companhia reclassificou para exigível a longo prazo o montante de R\$ 302.132, conforme Notas Explicativas nºs 1.4 e 8.1(b), as obrigações contratuais financeiras relativas as debêntures e CCBs.

Em Assembleia Geral de Cotistas, Multiner Fundo de Investimento em Participações (“FIP”) iniciada em 07 de agosto de 2023 e encerrada em 19 de janeiro de 2024, aprovaram a celebração pelo FIP do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças com o Grupo Bolognesi, para fins de implementar o encerramento das relações societárias creditícias e de qualquer outra natureza estabelecidas entre o Grupo Bolognesi, de um lado, e o FIP, de outro, no âmbito do grupo Multiner e MESA.

Em 11 de abril de 2024, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner), celebraram o Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, para fins de buscar a construção de uma solução extrajudicial que implementará o objetivo atual do FIP de desinvestimento estruturado na Multiner, com a consequente suspensão de toda e qualquer demanda judicial, arbitral ou extrajudicial entre as partes pelo prazo de 180 dias, prorrogáveis por mais 90 dias, sendo certo que o FIP realizou a contratação pelo Fundo de assessores jurídicos, técnicos e financeiros para esta transação. O Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças contém diligências em andamento pelas partes da assinatura até o fechamento.

Em 08 de janeiro de 2025, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner), celebraram o 1º aditivo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, que estende o prazo da data limite do Termo de Compromisso previsto até 1º de março de 2025.

Em 28 fevereiro de 2025, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner) celebraram o 2º aditivo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, que estende o prazo da data limite do Termo de Compromisso previsto até 31 de março de 2025.

1.3 Programa de Compliance da Companhia

A Administração da Companhia, em consonância com a Lei no 12.846/13, estruturou o seu Programa de Integridade, que estabelece um conjunto de ações preventivas, de monitoramento e controle, visando aprimorar o conjunto de boas práticas adotadas para o fortalecimento da governança corporativa, assim como a devida adequação dos processos internos, para melhoria da eficiência na prevenção de fraudes. Com esse objetivo, no final de 2016, foi criada a área de Compliance, que a partir do *report* direto à alta direção da Companhia, é responsável pela supervisão das atividades de controle, a avaliação da eficácia destes, a aplicação de testes sobre os pontos de controles internos, a condução do processo de auditoria interna, além do acompanhamento do processo de remediação dos problemas identificados.

Por outro lado, a Companhia vem sempre atualizando suas políticas, estabelecendo rotinas de controle de processos e normas gerais de funcionamento de diversas atividades, de forma a definir seus objetivos de controle, avaliando a efetividade da estrutura de controle criada e a operacionalidade desta. Atenta às necessidades de melhoria nos processos, vem fortalecendo a supervisão do Relacionamento com Fornecedores, adotando prévia análise destes. Adicionalmente, vem instituindo mecanismos que possibilitam detectar eventuais falhas nos processos e estabelecendo plano de ações para sua melhoria contínua. Destaca-se, no plano geral, dentro do Programa de Integridade, a implantação do Código de Conduta Ética e Profissional, que têm por objetivo prevenir, detectar e evitar irregularidades praticadas contra a Companhia ou contra terceiros, assegurando que as relações com os stakeholders, colaboradores, clientes e fornecedores sejam conduzidos com ética e transparência.

A Companhia também conta, com o Canal da Ética. Trata-se de um serviço de comunicação independente, por meio do qual é possível registrar relatos sobre ações e condutas que não estão em conformidade com o Código de Conduta Ética e Profissional da Companhia. As informações relatadas são recebidas por uma empresa independente, o que garante o sigilo e tratamento adequado dos relatos e, depois, encaminhados à área de Compliance para o processo de investigação, conforme delegação do Conselho. Em complemento à estrutura do Canal da Ética, a Companhia possui um Comitê de Ética, formado por representantes de diferentes áreas, o qual tem como responsabilidades a análise dos resultados das investigações, a aplicação de medidas corretivas, no que couber, assim como a atualização do próprio Código de Conduta Ética e Profissional.

O acesso ao Canal da Ética pode ser realizado via site: www.aloetica.com.br/bolognesienergia, ou, ainda o e-mail: bolognesienergia@aloetica.com.br, disponíveis 24 horas por dia, 7 dias da semana. Como alternativa, a Companhia oferece acesso ao Canal da Ética, pelo telefone 0800 000 1388, com atendimento pelo operador, nos dias úteis, das 9hs às 17hs, fora desse horário, o manifestante poderá fazer seu relato por meio de mensagem gravada.

1.4 Obrigações contratuais financeiras e não financeiras

De acordo com o Termo de Compromisso, os saldos das obrigações contratuais financeiras e não financeiras, relativas às dívidas conversíveis e parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia e sua controlada indireta RAESA, foram reclassificados para o passivo não circulante, até a decisão final das negociações.

Nos termos do primeiro aditivo ao Contrato de Reorganização, os credores Fundiágua (debêntures Multiner), Postalís e Spesi (NEO e RAESA) estão obrigados a votar favoravelmente à rolagem da dívida por períodos sucessivos adicionais até a efetiva capitalização indireta em créditos na Companhia e/ou na Mesa Participações S.A., controlada indireta da Bolognesi Energia S.A. controladora direta da Companhia. Tais credores também possuem obrigação de conversão de dívida em capital na Companhia e/ou na Mesa Participações S.A., mas ainda sujeito as negociações que estão em andamento.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (IFRS® *Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2025 e apreciadas pelo Conselho Fiscal em 27 de março de 2025.

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais. As informações foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

c) Informação por segmento

A Companhia participa em sociedades cujo objeto inclua em (i) usinas de geração de energia termoelétrica a gás natural (“UTE”) através da Central Termelétrica Cristiano Rocha (“UTE Cristiano Rocha”), localizada na Rua Maria Julia Pimentel, nº 1.350, zona rural de Manaus – AM, Brasil, constituída de cinco unidades moto geradoras bicomustíveis a gás e capacidade instalada de 91,75 MW* e (ii) usina de geração de energia elétrica de fonte eólica, a partir do parque eólico localizado em Guamaré/RN das Usinas de Energia Eólica “UEE Alegria I” e “UEE Alegria II”, que compõe, em conjunto, a New Energy Options Geração de Energia S.A. (“NEO”), com capacidade instalada total de 151,80 MW*, sendo a UEE Alegria I, com capacidade instalada de 51,15 MW* e 31 unidades aerogeradoras em operação desde 2010; e a UEE Alegria II, com capacidade instalada de 100,65 MW* e 61 unidades aerogeradoras em operação desde 2011;

A Administração da Companhia é responsável por revisar regularmente as informações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da empresa, não se utiliza de informações por segmento para suas análises.

* Informação não financeira não auditada

Aquisição da parte acionária da eólica na New Energy Options Geração de Energia S.A.

Em 25 de abril de 2022, a Multiner através de contrato de compra e venda de ações, adquiriu 20% de participação societária pertencente à empresa Eólica Administração e Participações (“Eólica”) e, dessa forma, passou a deter 100% das ações da controlada NEO.

Essa transação foi registrada de acordo com os requerimentos do pronunciamento técnico ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

A aquisição dos 20% das ações da Eólica na NEO ocorreram pelo valor justo de R\$ 50.727, e o pagamento ocorreu conforme a seguir: (i) compensação do valor de direitos de mútuos líquidos de R\$ 40.227; e (ii) pagamento de R\$ 10.500 em espécie.

Na data da transação a parcela do patrimônio líquido a descoberto relativo aos 20% representavam R\$ 37.143. Dessa forma foi registrado um ajuste de avaliação patrimonial na Multiner no montante de R\$ 87.870.

3. Políticas contábeis e materiais

As principais políticas contábeis e materiais, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

a) Ativos e passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e transações com partes relacionadas, conforme descrito na Nota Explicativa nº 28.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, transações com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 28.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como empréstimos e recebíveis, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Vide Nota Explicativa nº 4 para detalhes do saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia.

c) Contas a receber

Correspondem aos valores pela transação de venda de energia elétrica e ao ressarcimento da Conta de Consumo Combustível (CCC- Isol), conforme detalhado na Nota Explicativa nº 5, e são registradas e mantidas nos balanços pelos valores nominais e deduzidas da perda estimada de créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base no histórico de perdas e na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento. Em decorrência ao reprocessamento parcial do CCC-Isol por parte do agente regulador durante o exercício de 2023 a controlada indireta RAESA reverteu as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa de acordo com os valores recebidos.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, tais créditos são classificados no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

d) Estoques

O estoque consiste, basicamente, em peças de reposição para o maquinário de operação da Companhia e são demonstrados pelo valor de custo (vide Nota Explicativa nº 10). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção.

A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada quando: (i) tenham expirado a data de validade; ou (ii) materiais ou bens que não atendem à especificação. Essa classificação é feita anualmente pela área técnica e validada pela gestão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve a necessidade de constituição de provisão para obsolescência e/ou constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos estoques.

e) Depósitos vinculados

Os depósitos vinculados apresentados no ativo não circulante e detalhados na Nota Explicativa nº 14, são aplicações financeiras de Certificado de Depósitos Bancários ("CDB") firmados em garantias de contratos de financiamento que visam assegurar o pagamento dos serviços de dívidas assumidos pela Companhia. Essas aplicações possuem rendimento monetário, conforme taxa contratual.

f) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

g) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relativos à aquisição ou construção dos ativos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A taxa de depreciação dos itens do ativo imobilizado, está baseada no tempo de vida útil estimado pela Companhia.

Considerando que a controlada indireta RAESA espera utilizar os ativos enquanto houver contrato de suprimento de energia firmado entre as partes em maio de 2005 e prevê a reversão da UTE Cristiano Rocha para Centrais Elétricas do Norte S.A ("Eletronorte") ao término contratual, previsto para ocorrer em maio de 2025, a vida útil estimada está limitada a maio de 2025, quando se encerra esse contrato.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos (vide Nota Explicativa nº 15).

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

h) Provisão de redução ao provável valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custo para venda.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs). Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

j) Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente.

k) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

l) Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso do ativo. A caracterização de um contrato como um arrendamento mercantil está baseado na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é, ou contém, um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização do ativo (ou ativos) específico(s) e o contrato transferir o direito de uso do ativo (ou ativos), mesmo se esse ativo (ou esses ativos) não estiver (em) explícito(s) no contrato.

Arrendador

A caracterização de um contrato como, ou se ele contém, um arrendamento mercantil financeiro em relação ao arrendador, está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução.

Num arrendamento mercantil financeiro, substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade legal são transferidos pelo arrendador e, portanto, os pagamentos do arrendamento mercantil a serem recebidos são tratados pelo arrendador como amortização de capital e receita financeira para reembolsá-lo e recompensá-lo pelo investimento e serviços.

Como resultado, os referidos custos devem ser excluídos do investimento líquido no arrendamento mercantil e devem ser reconhecidos como despesa quando o lucro da venda for reconhecido. Normalmente, em um arrendamento mercantil financeiro, esse lucro é reconhecido no começo do prazo do arrendamento mercantil.

Um arrendador tem como meta apropriar a receita financeira durante o prazo do arrendamento mercantil em base sistemática e racional. Essa apropriação da receita baseia-se no padrão que reflete o retorno periódico constante sobre o investimento líquido do arrendador. Os pagamentos do arrendamento mercantil relacionados ao período, excluindo custos de serviços, devem ser aplicados ao investimento bruto no arrendamento mercantil para reduzir tanto o principal quanto as receitas financeiras não realizadas.

Os valores residuais não garantidos estimados, usados no cálculo do investimento bruto do arrendador em arrendamento mercantil, são revisados regularmente. Se tiver ocorrido redução no valor residual estimado não garantido, a apropriação da receita durante o prazo do arrendamento mercantil é revista e qualquer redução relacionada a valores apropriados é imediatamente reconhecida.

Os equipamentos e edificações pertencentes a Companhia se caracterizam como um arrendamento mercantil financeiro, considerando que o contrato de suprimento de energia, firmado com a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. ("Amazonas Energia" ou "Amazonas"), contém um arrendamento conforme os critérios contidos na norma contábil.

O arrendamento financeiro a receber, decorrente desse contrato, é remunerado pela taxa de retorno de 5,73% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (5,73% a.a. em 31 de dezembro de 2023) a alteração da taxa é decorrente da redução da alíquota de ICMS sobre a venda de energia a partir do mês de julho de 2022, de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, líquidos dos impostos sobre faturamentos, descontados dos custos de construção das usinas.

Não há valores residuais estimados no cálculo do investimento bruto do arrendador (Nota Explicativa nº 9).

m) Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos os empréstimos são classificados como passivo circulante, caso contrário será classificado no passivo não circulante a menos que a Companhia tenha a obrigação de liquidação antecipadamente.

n) Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS): 1,65% (regime não cumulativo), sobre venda de energia elétrica e prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,60% (regime não cumulativo) sobre a venda de energia elétrica e prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço: o ICMS é aplicado de acordo com os clientes a serem faturados: diferimento no caso de geração ou distribuição e faturamento com a alíquota interna para os demais clientes.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações financeiras.

o) PIS e COFINS sobre receitas financeiras

As Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, as quais versam sobre o regime não cumulativo do PIS e da COFINS, definem que a base de cálculo será a receita bruta, incluindo-se a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica. Desta forma, as receitas financeiras da Companhia são tributadas pelo PIS e a COFINS, neste regime.

Alíquotas a partir de 01/07/2015, do PIS e COFINS sobre receitas financeiras, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, são de 0,65% e 4%, respectivamente.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

A Companhia não constitui imposto diferido ativo sobre prejuízo fiscal ou base negativa de contribuição social devido a não possuir previsão de expectativa de sua realização. Essa avaliação tem por base estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à sua adequação.

q) Reconhecimento de receita

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

Receita de arrendamento financeiro

O reconhecimento do arrendamento mercantil da Companhia se enquadra nos aspectos exigidos pela norma contábil para um arrendamento financeiro, remunerado pela taxa de retorno de 5,73% a.a. em 31 de dezembro de 2024 a alteração da taxa é decorrente da redução da alíquota de ICMS sobre a venda de energia a partir do mês de julho, e 5,73% a.a. em 31 de dezembro de 2023, de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, líquidos dos impostos sobre faturamento, descontados dos custos de construção da usina. A Companhia apresenta essa receita financeira, juntamente com a variação monetária contratual (IGP-M) na demonstração de resultado, no grupo de Receitas Financeiras (conforme Nota Explicativa nº 26).

Receita de operação e manutenção – O&M

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica estabelecidos no contrato de suprimento de energia que visa a não interrupção da disponibilidade das instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços (conforme Nota Explicativa nº 23).

r) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada), em função de um evento passado e que seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo a despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Passivos contingentes e outros

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme Nota Explicativa nº 22. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e outros para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas, anualmente, para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

s) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas

t) Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como circulante se é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras, caso contrário será registrado como não circulante

3.1 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possam provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas a seguir.

a) Vida útil e valor recuperável dos ativos não financeiros (Nota Explicativa nº 15)

O imobilizado é depreciado durante sua vida útil econômica, levando em consideração a taxa de depreciação estabelecida pela Aneel e limitada ao período do PPA, período em que a Companhia espera utilizar os ativos, de acordo com as melhores estimativas da Administração. A cada data de reporte, a Administração analisa e avalia indicadores de “*impairment*” dos ativos, com base no seu julgamento, experiência e dados de mercado.

b) Reconhecimento de provisão para passivos contingentes (Nota Explicativa nº 22)

A Companhia utiliza a opinião dos assessores jurídicos para constituir provisão sobre passivos contingentes. Os processos são avaliados mensalmente e as provisões são reconhecidas quando é provável o desembolso de caixas futuro, sendo realizada análise individual dos processos.

3.2 Entidades do Grupo

Controladas diretas

As informações trimestrais consolidadas compreendem as informações da Companhia e de suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo”), a seguir relacionadas:

Controladas diretas	Participação acionária	
	31/12/2024	31/12/2023
New Energy Options Geração de Energia S.A. (“NEO”)	100,00%	100,00%
2007 Participações S.A.	96,04%	96,04%
Termelétrica Itapebi S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower V S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower VI S.A.	100,00%	100,00%

Controlada indireta

A Companhia possui controle indireto sobre a Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA") através do investimento em sua *holding* 2007 Participações S.A., que, por sua vez, detém 99,99% de participação acionária na RAESA em 31 de dezembro de 2024. Assim, a participação acionária indireta da Companhia na RAESA é de 96,04%.

Participação contabilizada pelo método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

Controladas indiretas	Participação acionária	
	31/12/2024	31/12/2023
Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA")	96,04%	96,04%

Controlada em conjunto - ("joint ventures")

Controladas em conjunto	Participação acionária	
	31/12/2024	31/12/2023
Companhia Energética do Uruguai S.A. – ("CEU")	71,00%	71,00%

Apesar da Companhia possuir a maior parte das ações com direito de voto na CEU, a Companhia não tem o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais dessa investida, em razão de acordo firmado com os demais investidores. Consequentemente, a Companhia aplica o CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, CPC 36 – Demonstrações Consolidadas e ICPC 09 – Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

A Companhia é a desenvolvedora do projeto UHE (Usina Hidroelétrica) IRAÍ, ou seja, ela tem a autorização da ANEEL para realizar os estudos de viabilidade técnica e socioambiental para a implantação de uma UHE nas margens do Rio Uruguai. A CEU está elaborando estudos para obtenção de licença prévia até 2025.

A posição patrimonial da respectiva investida está demonstrada conforme descrito na Nota Explicativa nº 13.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Bancos	47	112	1.445	32.891
Aplicação financeira (i)	4	1.041	605.825	403.426
Total	51	1.153	607.270	436.317

- (i) As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário ("CDBs") e Fundos de Investimento de Renda Fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), possuindo aplicações com liquidez diária e outras ainda em carência sem perda de rendimento com o próprio emissor. Essas aplicações são remuneradas a uma taxa média ponderada de 100,32% do CDI em 31 de dezembro 2024 (103% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

5. Contas a receber

	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (i)	41.862	41.423
Empresa Brasileira de Part. Em Energia Nuclear e BIN S.A. (ii)	26.131	26.131
Outras contas a receber	4.753	5.908
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (iii)	(3.303)	(3.303)
Total	69.443	70.159
Circulante	69.443	70.159

- (i) Recebível da controlada indireta RAESA refere-se ao faturamento de dezembro de 2024 a ser liquidado até fevereiro de 2025;
- (ii) Recebíveis da controlada direta NEO referem-se ao faturamento de outubro a dezembro de 2024, a serem liquidados em janeiro e fevereiro de 2025, respectivamente; e
- (iii) O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa, refere-se a, R\$ 393 oriundos de reembolsos de Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST na controlada indireta RAESA e R\$ 2.910 refere-se ao saldo residual a receber da Energética Comercializadora de Energia, relativa à operação da venda de crédito de energia em março de 2017, apresentados em outras contas a receber.

5.1. Movimentação do PECLD

A movimentação da conta durante o exercício foi como segue:

	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	3.303	17.025
Reversão (iv)	-	(13.728)
Adições	-	6
Saldo final	3.303	3.303

- (iv) Refere-se ao reembolso da Conta de Consumo de Combustível – CCC, que após o reprocessamento pela CCEE, foi solicitado a devolução de valores pela controlada indireta RAESA. No decorrer dos exercícios de 2023 e 2022 a controlada indireta RAESA obteve êxito parcial pelo reprocessamento do CCC pela CCEE, e de acordo com o fluxo de recebimento reverteu a totalidade da perda esperada de créditos de liquidação.

6. Adiantamento a Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Adiantamento a fornecedor nacional (i)	9	97	2.939	2.837
Adiantamento a fornecedor internacional (ii)	-	-	602	536
Total	9	97	3.541	3.373
Circulante	9	97	3.541	3.373

- (i) Refere-se, substancialmente, a adiantamentos com o fornecedor “Grid Solutions”, referente à aquisição de peças para manutenção preventiva na controlada UTE Cristiano Rocha.
- (ii) Refere-se a futuro fornecimento de peças, materiais e outros itens que serão aplicados em máquinas e equipamentos na controlada UTE Cristiano Rocha.

7. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
IRPJ (i)	123	148	41.309	57.718
IRRF (i)	42	26	7.007	7.597
CSLL (i)	-	-	8.798	13.749
COFINS (ii)	103	110	17.375	16.525
PIS (ii)	24	25	3.773	3.589
ICMS	-	-	183	70
INSS	1	1	1	2
Total	293	310	78.446	99.250
Circulante	293	310	17.728	12.558
Não circulante	-	-	60.718	86.692

- (i) Os montantes apresentados no consolidado estão concentrados na controlada indireta RAESA que detém de R\$ 47.856 (R\$ 74.079 em 31 de dezembro de 2023) de créditos dos períodos de 2009 a 2022 de origem de saldos negativos de IRPJ e CSLL e retenções de órgãos públicos e IRRF de aplicações financeiras, sendo R\$ 24.236 (R\$ 66.063 em 31 de dezembro de 2023) relativos a créditos de 2009 a 2015, atualizados até dezembro de 2024, os quais estão em processo administrativo na Receita Federal do Brasil para restituição e R\$ 276 (R\$ 8.016 em 31 de dezembro de 2023) relativos a créditos de 2021 a 2022 de saldos negativos de IRPJ e CSLL, os quais estão em PER/DCOMP, sendo utilizados conforme são apurados os débitos no exercício.
- (ii) A controlada indireta RAESA registrou em 2021, o valor do indébito tributário relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS, período de 2010 a 2014, referendada pelos seus assessores legais, considerando todos os aspectos contratuais, regulatórios e jurídicos. Sendo assim, a Companhia apurou o montante de contribuições a recuperar de R\$ 17.564, acrescidos de atualização pela SELIC, saldo corrigido até dezembro de 2024 é de R\$ 21.019 (R\$ 19.976 em 31 de dezembro de 2023). Por essas razões a controlada indireta RAESA está buscando o cumprimento de sentença da decisão favorável, para que por conseguinte, seja expedido eventual precatório. Os demais créditos apresentados referem-se a insumos e depreciação.

A metodologia de utilização dos créditos segue critérios estabelecidos pela legislação vigente e a classificação entre circulante e não circulante segue a expectativa de realização pela Companhia com base nas projeções financeiras.

A expectativa de realização do saldo de tributos a recuperar pode ser assim apresentada:

Consolidado	
31.12.2024	
2025	17.728
2026	30.359
A partir de 2027	30.359
Total	78.446

8. Partes relacionadas

As transações realizadas entre partes relacionadas foram contratadas em condições comerciais negociadas e pactuadas entre as partes.

8.1 Mútuos com partes relacionadas

a) Saldos ativos

	Controladora				Consolidado			
	31.12.2024		31.12.2023		31.12.2024		31.12.2023	
	Empréstimos mútuos a receber	Empréstimos mútuos a pagar	Empréstimos mútuos a receber	Empréstimos mútuos a pagar	Empréstimos mútuos a receber	Empréstimos mútuos a pagar	Empréstimos mútuos a receber	Empréstimos mútuos a pagar
2007 Participações S.A.	148	-	124	-	-	-	-	-
Bolognesi Energia S.A. (i)	324.617	-	324.617	-	324.617	-	324.617	-
Central Energética Palmeiras S.A. (ii)	65.158	-	65.158	-	65.158	-	65.158	-
Cia Energética do Uruguai S.A. (iii)	19.256	-	19.256	-	19.256	-	19.256	-
FUNDIÁGUA – Fundação de Previdência Complementar	-	14.067	-	14.067	-	14.067	-	14.067
New Energy Optinons Geração de Energia S.A. (iv)	226	15.093	408	9.668	-	-	-	-
Postalis- Inst de Seg Soc Correio e Tel- Conversível (v)	-	-	-	-	-	288.065	-	377.217
Rio Amazonas Energia S.A.	-	57.931	-	48.681	-	-	-	-
Termelétrica Itapebi S.A.	935	-	935	-	-	-	-	-
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	935	-	935	-	-	-	-	-
Termelétrica Pernambuco III S.A. (vi)	33.126	-	33.126	-	33.126	-	33.126	-
	444.401	87.091	444.559	72.416	442.157	302.132	442.157	391.284
<i>Provisão para valor recuperável</i>								
(-) Provisão para perda - Bolognesi	(30.104)	-	(30.104)	-	(30.104)	-	(30.104)	-
(-) Provisão para perda - Outros (não consolida)	(3.001)	-	(3.001)	-	(3.001)	-	(3.001)	-
(-) Provisão para perda - Outros (consolida)	(935)	-	(935)	-	(935)	-	(935)	-
	(34.040)	-	(34.040)	-	(34.040)	-	(34.040)	-
Total	410.361	87.091	410.519	72.416	408.117	302.132	408.117	391.284

(i) A composição dos valores registrados para a Bolognesi Energia S.A. são conforme segue:

	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Assunção de dívida Pernambuco III (a)	144.676	144.676
Juros e IOF (a)	133.647	133.647
Assunção de dívida antigos sócios (b)	22.283	22.283
Juros e IOF (b)	24.011	24.011
Total	324.617	324.617

(a) No decorrer dos exercícios de 2012 e 2013, a Multiner S.A. enviou recursos financeiros para Pernambuco III, com garantia fidejussória de Bolognesi Energia S.A., os quais foram aplicados na construção da Usina Termelétrica Pernambuco III. Em 22 de março de 2013, a Bolognesi Energia S.A. assumiu a dívida da Usina Termelétrica Pernambuco III com a Companhia, de modo a viabilizar a captação de recurso via emissão de debêntures. Em 2015, a aplicação dos recursos foi objeto de auditoria por empresa especializada contratada pelo FIP Multiner que validou a destinação deles.

Esse valor, acrescido de juros de 105% do CDI, deveria ter sido utilizado no momento da capitalização na Mesa S.A., controlada indireta da Bolognesi Energia S.A., conforme cláusula 2.2.2.1 do 1º Aditivo ao Contrato de Reorganização e Financiamento da Companhia, assinado em 14 de julho de 2014, desde que cumprida as condições prévias ali expostas. As obrigações previstas, e não adimplidas pelas partes, estão em discussão conforme, a decisão do procedimento de arbitragem proferida em abril de 2022. Em agosto de 2022, as partes firmaram o Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas, conforme Nota Explicativa nº 1.2.

Cabe destacar ainda que, sobre o montante, houve a incidência de Imposto sobre Operação Financeira (IOF), os quais foram devidamente registrados e recolhidos.

(a) e (b) Os montantes tiveram suas atualizações congeladas desde dezembro de 2017, conforme discussões arroladas no procedimento de arbitragem. (conforme Nota Explicativa nº 1.2).

- (b) A parcela relacionada à assunção de dívida dos antigos sócios corresponde ao passivo assumido pela Bolognesi Energia S.A., o qual era devido anteriormente pelos antigos controladores da Multiner, quando da aquisição da participação acionária da Companhia 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A. e Companhia de Investimento Resultado.
- (ii) Em setembro de 2014, a Companhia enviou R\$ 41.044 à Central Energética Palmeiras S.A. coligada do mesmo grupo Econômico, através de contrato de mútuos celebrado entre as partes com incidência de juros equivalente a 103% do CDI, os montantes foram atualizados até dezembro de 2017, conforme discussões no procedimento de arbitragem (Nota Explicativa nº 1.2);
- (iii) Saldo composto por AFACs realizados pela Companhia nos períodos de 2011 a 2018, os quais, em decorrência do decurso do prazo para conversão de AFAC em capital, foram convertidos em mútuos, sendo o principal de R\$ 7.030, mais juros e IOF de R\$ 9.805. Estão incluídos no saldo os valores de contrato de fruição de R\$ 2.037 e despesas a ratear entre os acionistas de R\$ 384.
- (iv) Saldo de R\$ 226 apresentado em 31 de dezembro de 2024 refere-se ao compartilhamento de despesas a receber da controlada NEO, (R\$ 408 em 31 de dezembro de 2023).
- (v) Em 03 de outubro de 2024, a controlada indireta Raesa foi comunicada pela Spesi I, sobre a cessão de crédito entre Postalis (Cedente) e Spesi I Fundo de Investimento Creditórios Não Padronizado Multissetorial de Responsabilidade Ltda (Cessionária) referente aos direitos relativos aos créditos de titularidade do Cedente, incluindo as respectivas garantias fidejussórias e acessórios, com exceção da garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, que não será cedida e será liberada pelo Cedente concomitantemente à cessão de Cédula de Crédito Bancário nº 4883,4884 e 4885, o montante de R\$ 89.152 apresentado em 31 de dezembro de 2023 em partes relacionadas foi reclassificado para empréstimos e financiamentos (conforme Nota Explicativa nº 18).
- (vi) Recursos financeiros enviados pela Companhia para a Termelétrica Pernambuco III "PIII" entre os períodos de 2013 a 2015, para compra de óleo HFO e pagamento de serviços de operação e manutenção da usina. O valor está composto do principal de R\$ 21.000, acrescido de juros e IOF de R\$ 12.126. Esses montantes tiveram sua atualização suspensa em dezembro de 2017 conforme discussões no procedimento de arbitragem (Nota Explicativa nº 1.2); e

A Companhia deixou de remunerar as transações entre partes relacionadas referentes aos saldos ativos em aberto devido à não previsão de sua realização até a presente data, dado que tais saldos se encontram em processo de negociação. Contudo, resguarda o seu direito de pleitear a totalidade dos créditos que estão em discussão, inclusive os juros conforme previsão contratual, independentemente do seu tratamento contábil.

A Companhia mantém provisão para perda ao valor recuperável equivalente às estimativas de perdas de créditos esperadas para parcela dos ativos em negociação. Estas estimativas são reavaliadas periodicamente pela Companhia para garantir que os impactos sejam apropriadamente refletidos em suas demonstrações financeiras.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu provisão para perda ao valor recuperável, no montante de R\$ 25.106, equivalente à diferença dos saldos ativos das empresas Bolognesi Energia S.A., Termelétrica Pernambuco III e Central Energética Palmeiras S.A. e saldos passivos das CCBs conversíveis da Postalis na controlada NEO e na controlada indireta RAESA e das Debêntures conversíveis Fundiágua. Todavia, já que não há previsão de efeito caixa, somado ao fato que estão em negociação, decorrente da decisão proferida em abril de 2022 no Procedimento Arbitral CMA 520 instaurado para resoluções e entendimento de obrigações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia, está alinhado com o descritivo contido na Nota Explicativa nº 1.2.

Os montantes encontram-se em negociação entre as partes e a partir da decisão definitiva, será possível avaliar as medidas que devem ser tomadas, para solucionar o Contrato de Reorganização e suas obrigações acessórias diretamente atreladas, bem como o reflexo tempestivo nas demonstrações financeiras.

Não obstante essas informações, a Companhia mantém o recolhimento do imposto incidentes para todas as transações entre as partes relacionadas, conforme legislação vigente.

Durante o exercício de 2024, a Companhia recebeu recursos da controlada NEO e da controlada indireta RAESA referente ao contrato de rateio de despesas celebrado entre as partes. Os montantes recebidos contemplam a alocação de despesas de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, entre outros). O efeito das despesas reembolsadas no resultado da Companhia durante o período foi de R\$ 4.991 (R\$ 9.267 em 31 de dezembro de 2023).

b) Saldos passivos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Fundiágua (i)	14.067	14.067	14.067	14.067
Postalís (i)	-	-	288.065	377.217
Rio Amazonas Energia S.A. (ii)	57.931	48.681	-	-
New Energy Options S.A. (ii)	15.093	9.668	-	-
Total	87.091	72.416	302.132	391.284

- (i) Refere-se à obrigação de conversão da dívida em capital, conforme cláusula do Contrato de Reorganização. As obrigações previstas, e não adimplidas pelas partes, estão em negociação, conforme a decisão proferida em abril de 2022 no procedimento arbitral. Em agosto de 2022, as partes firmaram o Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas, conforme Nota Explicativa nº 1.2 e, dessa forma, a Companhia reclassificou os saldos para o não circulante, em decorrência da inexigibilidade de determinados créditos conversíveis (Cédulas Créditos Bancários) e dívidas (mútuos) entre a Companhia e algumas partes relacionadas, até que haja a respectiva compensação entre si, seja por meio de conversão em capital ou outra forma ajustada entre as partes. A partir de 20 de dezembro de 2017, o montante deixou de ser atualizado dentro das características de empréstimos e financiamentos acrescidos de juros equivalentes de 105% do CDI. Os valores envolvidos nesta discussão não são corrigidos dado que a materialização destas dívidas em valor superior ao registrado não é considerada provável na avaliação dos assessores, o montante de R\$ 89.152 da controlada indireta Raesa apresentado em 31 de dezembro de 2023 em partes relacionadas foi reclassificado para empréstimos e financiamentos (conforme Nota Explicativa nº 18); e
- (ii) A composição dos valores apresentados refere-se a transações de mútuos realizados, conforme aprovado na previsão orçamentária. Tais transações possuem vigência máxima de dois anos e são remuneradas a 105% do CDI, conforme negociação específica entre as partes.

c) Reconhecimento de juros na demonstração do resultado

	Controladora	
	31.12.2024	31.12.2023
Rio Amazonas Energia S.A.	5.845	5.045
New Energy Options S.A.	1.286	718
Total	7.131	5.763

8.2. Remuneração de pessoal-chave da Administração

O impacto no resultado da remuneração estabelecida aos Administradores da Companhia está apresentado na tabela a seguir:

	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Administradores (pró-labore)	2.104	2.324
Conselho de Administração e Fiscal	1.329	1.274
Total	3.433	3.598

9. Arrendamento

9.1. Arrendamento – arrendador

A Administração da Companhia avaliou que o contrato de suprimento de energia, firmado com a Amazonas Geração e com a Transmissão de Energia S.A. (“Amazonas Energia” ou “Amazonas”), contém um arrendamento conforme os critérios contidos na norma contábil.

O arrendamento financeiro a receber, decorrente desse contrato, é remunerado pela taxa de retorno de 5,73% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (5,73% a.a. em 31 de dezembro de 2023), de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, líquidos dos impostos sobre faturamentos, descontados dos custos de construção das usinas.

Os recebimentos mínimos futuros, atualizados pela variação anual do IGP-M, conforme previsão contratual, descontados pela taxa de retorno do arrendamento. O saldo de arrendamento a receber no exercício de 2024, é apresentado por seu valor original, acrescido da taxa de retorno de 5,73% a.a., e deduzido da parcela histórica dos valores recebidos ao longo do contrato.

	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Leasing financeiro	22.463	65.714
Total	22.463	65.714
Circulante	22.463	21.338
Não Circulante	-	44.376

A movimentação da conta durante o exercício foi como segue:

	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	65.714	85.893
Baixas	(2.637)	-
Receita financeira	2.816	4.292
Amortização	(43.430)	(24.471)
Saldo final	22.463	65.714

O fluxo de pagamento:

	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Até 1 ano	22.463	21.338
Acima de 2 anos	-	44.376
Total	22.463	65.714

Considerando que a controlada indireta Raesa espera utilizar os ativos, enquanto houver contrato de suprimento de energia firmado entre as partes, e prevê a reversão da UTE Cristiano Rocha para Amazonas GT ao término contratual, previsto para ocorrer em maio de 2025, a vida útil estimada está limitada a maio de 2025, quando se encerra esse contrato.

O aumento da amortização deve-se à mudança de vida útil do arrendamento, que antes estava limitada ao período de novembro de 2026, e foi alterada para a vida útil estabelecida pelo contrato de suprimentos de energia que finda em maio de 2025.

9.2. Arrendamento – arrendatário

A Companhia possui contratos de arrendamentos referente a locação de terrenos onde estão instalados os aerogeradores dos parques eólicos Alegria I e Alegria II e arrendamentos de imóveis, equipamentos de informática e veículos.

Os valores referentes ao reconhecimento inicial do direito de uso dos ativos arrendados e das obrigações assumidas para os contratos de arrendamento mercantil, e respectivas movimentações estão demonstrados a seguir:

Direito de uso	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	16.049
Amortização	(1.935)
Atualização	(402)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.712
Amortização	(1.994)
Atualização	509
Saldo em 31 de dezembro de 2024	12.227
Circulante	-
Não circulante	12.227

Arrendamento a pagar	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	18.670	19.915
Variação monetária/juros	2.959	3.206
Pagamentos	(3.679)	(4.085)
Remensuração	-	(366)
Saldo final	17.950	18.670
Circulante	874	918
Não circulante	17.076	17.752

Para determinação do valor justo dos contratos de arrendamentos de terrenos, aplicou-se a taxa de desconto de 11,16% a.a., considerando custo de capital de terceiros, ponderado pelo WACC regulatório do período. Adicionalmente, a Companhia considerou nos cálculos o prazo contratual, sendo em sua maioria, com término em 2030.

Os pagamentos mínimos futuros compreendem os montantes devidos pela Companhia ao arrendador pela obrigação oriunda da transferência do direito de uso do ativo durante o prazo de arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2024, são conforme segue:

	Consolidado				
	Fluxo contratado	Até 12 meses	Até 24 meses	Até 36 meses	Acima 4 anos
Passivo de arrendamento	17.950	874	1.748	2.622	12.706

A Companhia aplicou a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenha opção de compra para o ativo arrendado. Também aplicou a isenção para arrendamentos que possuem baixo valor por conjunto de bens arrendados.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante consolidado reconhecido como despesas de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de baixo valor foi de R\$ 874 e referem-se aos arrendamentos de máquinas e equipamentos, equipamentos de informática e veículos.

10. Estoque

O saldo de estoque refere-se a peças para manutenção e reposição das usinas em operação e são apresentados conforme seguem:

	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
New Energy Options Geração de Energia S.A.	6.325	6.325
Rio Amazonas Energia S.A.	26.059	29.020
(-) Provisão para perdas de estoques (i)	(10.198)	(10.198)
Total	22.186	25.147

- (i) Refere-se ao reconhecimento da provisão de perda estimada para determinadas peças de manutenção dos motores que não serão mais utilizados para manter as atividades operacionais da empresa, devido a conclusão do projeto de conversão dos motores para 100% gás natural.

11. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento da Companhia consistem em terrenos, no Município de Cabo de Santo Agostinho/PE, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi e em Santa Rita/PB onde seria instalada a Termelétrica Termopower VI, investidas cujas outorgas foram revogadas.

a) Posição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Cabo de Santo Agostinho/PE	840	782	840	782
Santa Rita/PB	2.603	2.603	2.603	2.603
Total	3.443	3.385	3.443	3.385

A Companhia avalia o valor justo com base em preços observáveis de mercado, ajustados, se necessário, à natureza, localização e condições destes terrenos.

Os laudos de avaliação são emitidos por avaliadores externos independentes, com licença reconhecida e pertinente. O método para mensuração do valor justo utilizado para esta avaliação foi o Método Comparativo Direto de Mercado, o qual analisa e compara elementos semelhantes ou assemelhados ao avaliando, com objetivo de encontrar a tendência de formação de seus preços.

Por fim, concluiu-se, com base nos laudos emitidos considerando a reversão do *impairment* no montante de R\$ 58, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, decorrente da desvalorização das terras localizadas em Cabo de Santo Agostinho/PE, que o valor justo líquido do custo de negociação desses ativos é de R\$ 3.443. A Companhia está avaliando a melhor utilização para os referidos terrenos.

12. Intangível

O intangível é composto pelos ativos identificados em combinação de negócios e por gastos relativos a softwares, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
<i>Power Purchase Agreement</i> ("PPA") (i)	-	-	58.897	68.713
Software	20	22	848	925
Outros intangíveis (ii)	113	-	113	-
Total	133	22	59.858	69.638

- (i) Refere-se ao intangível identificado relacionado aos contratos de longo prazo de comercialização de energia da investida NEO e que estão sendo amortizados ao longo de sua vigência contratual de 30 anos, com previsão de término em agosto de 2030 (Alegria I) e dezembro de 2030 (Alegria II).

A movimentação pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado		Total
	Projetos	Software	PPA 1	Software	
Saldo inicial	-	22	68.713	925	69.638
Adições	113	-	-	12	125
Amortização	-	(2)	(9.816)	(87)	(9.905)
Saldo final	113	20	58.897	850	59.858

13. Investimento e provisão para perda de investimentos

13.1. Controladora – Investimentos e provisão para perda de investimentos

A provisão para perda de Investimento é composta pelo valor do passivo a descoberto das investidas no período, conforme apresentado:

Informações sobre a investida em 31/12/2024	2007 Participações S.A (i)	NEO	CEU	Itapebi	Termelétrica Monte Pascoal	Termelétrica Pernambuco IV	Termelétrica Termopower V	Termelétrica Termopower VI	Total
Ativo circulante	688.175	56.562	-	2	17	-	-	-	
Ativo não circulante	223.628	725.963	11.122	22.391	6.009	-	-	-	
Passivo circulante	940.044	241.937	1	113	35	582	1	1	
Passivo não circulante	220.640	726.685	24.055	53.470	1.020	48	8	10	
Receita líquida	35.696	136.509	-	-	-	-	-	-	
Resultado do exercício	(3.391)	(19.300)	1	(2.085)	(1.792)	(29)	(3)	(3)	
Patrimônio líquido	(302.269)	(186.097)	(12.934)	(31.190)	4.971	(630)	(9)	(11)	
Percentual de participação	96,04%	100,00%	71,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Provisão para perda de investimento em 31/12/2022	(458.557)	(222.408)	(9.180)	(32.429)	-	(606)	(416)	(17)	(723.613)
Investimentos em 31/12/2022	-	-	-	-	5.233	-	-	-	5.233
Aumento de capital				1.051	31	16	410	10	1.518
Equivalência patrimonial	171.516	55.613	(1)	2.273	1.499	(11)	-	-	230.889
Provisão para perda de investimento em 31/12/2023	(287.041)	(166.795)	(9.181)	(29.105)	-	(601)	(7)	(8)	(492.738)
Investimentos em 31/12/2023	-	-	-	-	6.763	-	-	-	6.763
Equivalência patrimonial	(3.258)	(19.302)	1	(2.085)	(1.792)	(29)	(3)	(3)	(26.471)
Provisão para perda de investimento em 31/12/2024	(290.299)	(186.097)	(9.180)	(31.190)	-	(630)	(9)	(11)	(517.416)
Investimentos em 31/12/2024	-	-	-	-	4.971	-	-	-	4.971

(i) Informações consolidadas que incluem a posição financeira da controlada indireta RAESA.

13.2. Consolidado – provisão para perda de investimento

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo consolidado da provisão para perda de investimentos apresentado no passivo não circulante refere-se à participação da Companhia na CEU no montante de R\$ 9.180.

13.3. Controladora – ativo

Monte Pascoal

Investimento em 31/12/2023	6.763
Equivalência patrimonial	(1.792)
Investimento em 31/12/2024	4.971

14. Depósitos vinculados

Os depósitos vinculados referem-se a aplicações financeiras de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), firmados em garantias que visam assegurar o pagamento de obrigações da Companhia e suas investidas.

A composição do saldo dos depósitos vinculados é como segue:

	Taxa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
CDBs – BNB (i)	99% CDI	-	-	29.135	26.308
CDBs Renda Fixa – BNB (i)	100% CDI	-	-	60.502	54.838
CDBs – China Bank (ii)	98% CDI	-	-	-	37.087
Daycoval	100,32% CDI	-	-	38.451	-
Bradesco (ii)	95% CDI	-	-	11.658	10.742
Outros depósitos vinculados	98% CDI	-	794	9.323	9.123
Total		-	794	149.069	138.098

(i) Refere-se à aplicação financeira em CDBs emitidos pelo Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”), vinculada ao Contrato de Abertura de Crédito do próprio BNB, para o financiamento do empreendimento Alegria I, firmado em 22 de setembro de 2009 e para o financiamento do empreendimento Alegria II, firmado em 22 de dezembro de 2010, respectivamente; e

(ii) Refere-se à aplicação financeira em garantia ao Contrato de Prestação de Fiança para a construção dos empreendimentos Alegria I e Alegria II, o montante aplicado em 2023 foi transferido para o Banco Daycoval em 2024.

15. Imobilizado

A composição do imobilizado é apresentada conforme segue:

Itens	Taxa de Depreciação (%)	Custo	Ajuste ao valor recuperável	Depreciação acumulada	Controladora	
					31.12.2024	31.12.2023
Móveis e utensílios	10,0%	40	-	(28)	12	14
Máquinas e equipamentos	10,0%	831	-	(650)	181	209
Total		871	-	(678)	193	223

Itens	Taxa de Depreciação (%)	Custo	Ajuste ao valor recuperável	Depreciação acumulada	Consolidado	
					31.12.2024	31.12.2023
					Valor residual	Valor residual
Edificações, obras civis e benfeitorias (i) e (ii)	32,5%	112.648	(81)	(88.780)	23.787	60.436
Máquinas e equipamentos (ii) e (iii)	4,0%	1.022.556	-	(534.697)	487.859	531.601
Móveis e utensílios	11,81%	127	-	(88)	39	47
Custo para Desmobilização (iv)	4,9%	11.337	-	(6.079)	5.258	5.818
Mais Valia (PPANEO) (v)	3,3%	30.830	-	(7.365)	23.465	24.493
Total		1.177.498	(81)	(637.009)	540.408	622.395

- (i) Investimento da controlada indireta RAESA referente ao projeto de conversão dos motores para operação em 100% gás natural. A conversão do primeiro motor teve início em setembro de 2020, com a entrada em operação em janeiro de 2021, e término em setembro de 2021, com a conclusão da conversão dos 5 motores remanescentes;
- (ii) Anualmente a Companhia realiza avaliação com assessores externos dos ativos das controladas com outorgas revogadas, a fim de garantir que o registro contábil esteja de acordo com o valor recuperável (R\$ 42.664 – Itapebi, R\$ 1.028 – Monte Pascoal, R\$ 10.307 – Termopower V, e R\$ 81 – Termopower VI).
- (iii) Saldo refere-se, substancialmente, aos ativos fixos da controlada NEO, que compreende o complexo eólico Alegria I e Alegria II. A gestão do ativo fixo imobilizado da NEO visa atender às determinações da Resolução ANEEL nº 674/2015 e do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), os quais devem ser utilizados pelas empresas do setor de energia elétrica;
- (iv) Obrigação contratual da controlada NEO, referente aos custos de desmontagem e remoção dos bens e de restauração do local no qual está localizado o complexo eólico Alegria I e Alegria II. Esses custos são amortizados conforme o prazo do PPA conforme Nota Explicativa nº 19;
- (v) Refere-se à mais-valia de ativos imobilizados originados na aquisição de controle da NEO no exercício de 2017;

A movimentação do imobilizado é apresentada conforme segue:

	Controladora		
	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	209	14	223
Adições	-	-	-
Baixas	-	-	-
Depreciação	(27)	(3)	(30)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	182	11	193

Itens	Consolidado					
	Edificações, obras civis e benfeitorias	Maquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Custo desmobilização	Mais valia	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	60.436	531.601	47	5.818	24.493	622.395
Adições	5	215	7	-	-	227
Impairment (i)	-	(2.905)	-	-	-	(2.905)
Depreciação	(36.654)	(41.052)	(15)	(560)	(1.028)	(79.309)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	23.787	487.859	39	5.258	23.465	540.408

- (i) O valor apresentado refere-se a reversão de *impairment* baseado na emissão de laudos sobre a avaliação dos ativos das controladas não operacionais Itapebi e Monte Pascoal, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Fornecedor nacional (i)	137	64	158.599	151.763
Fornecedor internacional	-	-	1.675	1.612
Outros fornecedores	-	-	2.731	2.167
Total	137	64	163.005	155.542
Circulante	137	64	10.919	18.398
Não circulante	-	-	152.086	137.144

- (i) Saldo apresentado no consolidado, refere-se substancialmente a dívida da controlada indireta RAESA junto à Vibra Energia no montante original de R\$ 221.000, decorrente de compra de óleo, não quitada em decorrência do não ressarcimento para a controlada indireta RAESA dos valores equivalentes por parte da Conta de Consumo de Combustível – CCC-ISOL. Em dezembro de 2021, foi firmado acordo de renegociação de dívidas com a Vibra Energia S.A. e, dessa forma, o valor do passivo foi reduzido para R\$ 150.000. Esse valor será pago da seguinte forma: i) R\$ 20.000, já liquidados em dezembro de 2021; mais 41 parcelas fixas, mensais e consecutivas de R\$ 768, vencendo a primeira em janeiro de 2022 e a última em maio de 2025. Durante o exercício de 2024 e 2023 foram efetuados pagamentos no montante de R\$ 3.840 e reconhecido a atualização financeira por INPC R\$ 18.824 (R\$ 15.949 em 31 de dezembro de 2023).

O pagamento do saldo remanescente de R\$ 99.000, está condicionado a obtenção de decisão favorável à controlada indireta RAESA, com trânsito em julgado, no Mandado de Segurança nº 0029183-21.2009.4.01.3400, que trata dos valores pendentes a receber do CCC ISOL. Caso a controlada indireta RAESA não obtenha êxito em receber os valores em questão, as partes acordaram que a referida parcela da dívida estará integralmente quitada. Dessa forma, a controlada indireta RAESA efetuou uma reversão, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, do passivo, pelo valor do desconto definitivo obtido, no valor de R\$ 71.000, reconhecido como descontos obtidos. Em agosto de 2022 a controlada indireta RAESA obteve o reprocessamento parcial dos saldos envolvidos no CCC-ISOL no montante de R\$ 89.000 recebidos até dezembro de 2023. O saldo atualizado do CCC-ISOL em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 154.518 (R\$ 144.953 em 31 de dezembro de 2023)

17. Obrigações tributárias e impostos diferidos

17.1. Obrigações tributárias

As obrigações tributárias referem-se aos impostos correntes e impostos em parcelamentos e são apresentados conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
IOF a recolher	436	464	454	476
ICMS a recolher	-	-	4.285	4.334
CSLL a recolher	-	-	-	134
COFINS a recolher	-	-	2.275	2.291
PIS a recolher	-	-	452	468
IRRF retido a recolher	-	-	46	42
PCC retido a recolher	3	1	175	247
INSS retido a recolher	-	-	531	574
Outros	-	33	-	113
ISS retido a recolher	-	-	93	157
Parcelamento tributos federais	-	-	60	174
Total	439	498	8.371	9.010

17.2. Tributos diferidos

Os impostos diferidos referem-se a imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente da apuração de mais-valia dos ativos tangíveis e intangíveis da combinação de negócios da Companhia em aquisição de controle e ações da investida NEO a ser amortizado até 2030, período do PPA, conforme apresentado a seguir:

	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Tributos diferidos – Passivo	26.538	30.225
Total	26.538	30.225
Não circulante	26.538	30.225

A expectativa de realização do saldo de impostos diferidos pode ser assim apresentada:

	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Até 31 de dezembro de 2024	-	2.766
Até 31 de dezembro de 2025	3.687	3.687
Após 2026	22.851	23.772
Total	26.538	30.225

18. Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2024 é composto da seguinte forma:

				Controladora					
				31.12.2024			31.12.2023		
Financiadores / Credores	Empresa	Modalidade	Valor Contratação	Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante	Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Debêntures	3.000	23.052	23.052	-	19.784	19.784	-
Total			3.000	23.052	23.052	-	19.784	19.784	-
Consolidado									
Modalidade	31.12.2024			31.12.2023					
	Empréstimo	Captação	Passivo	Empréstimo	Captação	Passivo			
Debêntures	23.052	-	23.052	19.784	-	19.784			
CCBs	1.172.003	(2.760)	1.169.243	1.039.963	(4.167)	1.035.796			
Financiamento	278.363	(2.845)	275.518	318.824	(3.365)	315.459			
Total	1.473.418	(5.605)	1.467.813	1.378.571	(7.532)	1.371.039			
Consolidado									
				31.12.2024			31.12.2023		
Financiadores / Credores	Empresa	Atividade	Valor Contratação	Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante	Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Debêntures	3.000	23.052	23.052	-	19.784	19.784	-
Fundos de Pensão (1º emissão) (i)	RAESA	CCBs	176.239	602.577	513.425	89.152	453.093	453.093	-
Fundos de Pensão (2º emissão) (i)	RAESA	CCBs	69.090	408.136	405.934	2.202	397.036	397.036	-
Fundos de Pensão (ii)	NEO	CCBs	231.200	161.290	53.256	108.033	189.834	37.591	152.242
Banco do Nordeste do Brasil	NEO	Financiamento	648.749	278.363	42.270	236.094	318.824	41.076	277.748
Total			1.128.278	1.473.418	1.037.937	435.481	1.378.571	948.580	429.990
Custo de Transação				(5.605)	(2.760)	(2.845)	(7.532)	(4.166)	(3.365)
Total			1.128.278	1.467.813	1.035.177	432.636	1.371.039	944.414	426.625

- (i) A Companhia está em tratativas com os detentores das CCBs para repactuação das dívidas, a fim de equalizar a sua estrutura de endividamento. Neos, Prece, Celos, e Spesi I, estão com suas negociações em andamento. As partes se comprometeram a empenhar seus melhores esforços para concluir as negociações para um acordo definitivo. Em 03 de outubro de 2024, a controlada indireta Raesa foi comunicada pela Spesi I, sobre a cessão de crédito entre Postalis (Cedente) e Spesi I Fundo de Investimento Creditórios Não Padronizado Multissetorial de Responsabilidade Ltda (Cessionária) referente aos direitos relativos aos créditos de titularidade do Cedente, incluindo as respectivas garantias fidejussórias e acessórios, com exceção da garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, que não será cedida e será liberada pelo Cedente concomitantemente à cessão de Cédula de Crédito Bancário nºs 4883,4884 e 4885, o montante de R\$ 89.152 apresentado em 31 de

dezembro de 2023 em partes relacionadas (conforme Nota Explicativa nº 8) foi reclassificado para empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2024 a Faceb foi incorporada pela Neos Previdência Complementar.

(ii) Refere-se aos financiamentos do BNB, firmado para financiar os empreendimentos Alegria I e II.

As principais características dos empréstimos, financiamentos e debêntures são apresentadas a seguir:

Financiadores / Credores	Consolidado						
	Empresa	Modalidade	Valor Contratação	Taxas	Data Contratação	Início	Término
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Debêntures	3.000	9,50% a.a + IGPM	31/05/2010	31/10/2010	01/07/2016
Fundos de Pensão (1º emissão)	Raesa	CCBs	176.239	9,75% a.a + IGPM	17/02/2006	17/02/2006	15/10/2026
Fundos de Pensão (2º emissão)	Raesa	CCBs	69.090	9,00% a.a + IGPM	15/06/2007	15/06/2007	15/10/2026
Celos	Neo	Fundo de Pensão	20.000	8% a.a + IGP-M	06/05/2008	25/06/2010	25/05/2028
Néos	Neo	Fundo de Pensão	5.000	9% a.a + IGP-M	14/05/2008	14/05/2008	25/05/2028
Néos	Neo	Fundo de Pensão	12.200	9% a.a + IGP-M	01/08/2008	01/08/2008	25/08/2028
Metrus	Neo	Fundo de Pensão	1.000	9% a.a + IGP-M	01/11/2007	01/11/2007	25/10/2027
Metrus	Neo	Fundo de Pensão	1.000	9% a.a + IGP-M	01/11/2007	01/11/2007	25/10/2027
Metrus	Neo	Fundo de Pensão	1.000	9% a.a + IGP-M	01/11/2007	01/11/2007	25/10/2027
Metrus	Neo	Fundo de Pensão	1.000	9% a.a + IGP-M	01/11/2007	01/11/2007	25/10/2027
Metrus	Neo	Fundo de Pensão	1.000	9% a.a + IGP-M	01/11/2007	01/11/2007	25/10/2027
Metrus	Neo	Fundo de Pensão	1.000	9% a.a + IGP-M	01/11/2007	01/11/2007	25/10/2027
Petros	Neo	Fundo de Pensão	100.000	9,65% + IGP-M	07/05/2008	07/05/2008	25/05/2028
Postalís Conversível	Neo	Fundo de Pensão	50.000	9% a.a + IGP-M	14/12/2007	14/12/2007	25/10/2027
Postalís Conversível	Neo	Fundo de Pensão	38.000	9% a.a + IGP-M	25/06/2008	25/06/2008	25/10/2027
Banco do Nordeste do Brasil	Neo	CCB	250.000	7,5% a.a.	22/09/2009	22/01/2021	22/09/2029
Banco do Nordeste do Brasil	Neo	CCB	398.749	7,5% a.a.	22/09/2009	23/01/2021	23/12/2030
Total			1.128.278				

Cláusulas restritivas – covenants

Em decorrência da reestruturação financeira, conforme Nota Explicativa nº 1.2, a Companhia e suas subsidiárias estão negociando junto aos credores para que parte das dívidas consolidadas, ainda remanescentes, sejam convertidas em capital ou alongadas.

As CCBs da controlada indireta RAESA, possuem determinadas cláusulas restritivas que de acordo com a reestruturação financeira, considera-se que todas as CCBs estão vigentes e não tiveram vencimento antecipado, com exceção das CCBs da Celos Multifuturo Fundo de Investimento Multimercado. A Companhia reforça que existem tratativas de acordo em andamento, todavia ainda não finalizadas, atendendo ao princípio de prudência, as CCBs foram reclassificadas para circulante e, definido o fluxo pós negociação terá seu devido tratamento.

A controlada direta NEO deve divulgar periodicamente o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD) bem como manter o índice igual ou superior a 1,2, além de fornecer laudo de avaliação, no encerramento de cada exercício, de determinados ativos por força de cláusula contratual da CCB 6082 de titularidade do Fundo de Investimento Multimercado Petros Crédito Privado (“Petros”).

Em 31 de dezembro de 2024, a controlada NEO encontra-se em conformidade com as cláusulas restritivas firmadas com o credor.

Garantias dos financiamentos

As seguintes garantias foram fornecidas aos credores em função das operações de financiamento da Companhia:

- cessão dos direitos creditórios decorrentes dos recebíveis dos empreendimentos de RAESA e NEO;
- alienação fiduciária dos equipamentos de NEO e Itapebi;
- fianças bancárias em favor do BNB em NEO;
- seguro de conclusão das obras dos projetos descontratados referentes a Pernambuco IV, Termopower V e Termopower VI, Monte Pascoal e Itapebi;
- aplicações financeiras em NEO;
- penhor dos direitos emergentes da resolução autorizativa e dos contratos de compra e venda de energia dos empreendimentos de NEO e RAESA;
- penhor das ações da Sociedade de NEO;
- fianças da Companhia, Bolognesi Energia S.A.; e
- hipoteca do terreno no valor de R\$ 630 da controlada indireta RAESA.

De acordo com a decisão proferida em 05 de abril de 2022, no procedimento arbitral, conforme Nota Explicativa nº 1.2, no que se refere o acordo de reorganização financeira, a Companhia está renegociando o pagamento das CCBs que se encontram vencidas junto aos seus credores, para que fique alinhado com sua capacidade de pagamento.

Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 11 de junho de 2015, 100% dos debenturistas da 2ª emissão de 18 debêntures em circulação, deliberaram por unanimidade e sem ressalvas: (i) aditar a Cláusula 4.10 da Escritura Particular de Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações, com garantia flutuante da 2ª Emissão de Debêntures da Multiner S.A., alterando a data de vencimento de 1º de julho de 2015 para 1º de julho de 2016. Dessa forma, não houve pagamento de juros em 1º de julho de 2015, mas somente na nova data de vencimento; e (ii) autorizar o Agente Fiduciário a tomar as providências necessárias, visando ao cumprimento das deliberações dessa Assembleia.

Até 31 de dezembro de 2024, nenhuma parcela deste instrumento foi quitada, tendo em vista que a obrigação de renovação referente às debêntures detidas pela Fundiágua, conforme previsão no Contrato de Reorganização, deve ocorrer até que haja a capitalização das dívidas, que se encontram em negociação entre as partes após decisão proferida em abril de 2022 no procedimento arbitral, conforme Nota Explicativa nº 1.2.

19. Provisão para desmobilização

A controlada NEO possui a obrigação de ao final do termo do contrato, retirar os ativos do Complexo Eólico Alegria, composto pelas UEEs Alegria I e Alegria II, decorrentes de exigências contratuais e legais.

O valor reconhecido como provisão para desmobilização deve ser a melhor estimativa do dispêndio necessário para liquidar a obrigação. Desta forma, os valores relacionados com a desmontagem e remoção de instalações e equipamentos, limpeza de terrenos e restauração ao seu estado original foi inicialmente mensurado e, posteriormente ajustados a valor presente. Para determinação do valor presente da provisão para desmobilização foi utilizada a taxa de desconto de 11,20% a.a.

A composição do saldo de provisão para desmobilização dos ativos é como segue:

Descrição	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Provisão para desmobilização	78.769	75.109
(-) AVP do custo de desmobilização	(28.631)	(30.251)
Total	50.138	44.858

A movimentação pode ser assim apresentada:

	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	44.858	40.208
(+) Atualização monetária do custo	3.660	3.360
(+) Realização do AVP	1.620	1.290
(=) Saldo final	50.138	44.858

20. Outros créditos e outras obrigações

20.1. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Outros créditos CP - Projetos de P&D (i)	-	-	-	3.154
Outros créditos CP - Sub-rogação CCC (ii)	-	-	-	2.683
Despesas antecipadas (iii)	58	187	2.522	1.228
Outros créditos LP - AFAC (iv)	3.321	2.314	3.321	2.314
Depósitos judiciais (v)	7.100	5.167	8.944	5.452
Outros créditos CP	216	225	230	238
Total outros créditos	10.695	7.893	15.017	15.069
Circulante	274	412	2.752	7.303
Não circulante	10.421	7.481	12.265	7.766

- (i) Refere-se aos investimentos em projetos de P&D em andamento pelo Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 01 de julho de 2024 o projeto foi finalizado e realizado o encontro de contas com passivo de P&D (vide Nota Explicativa nº 20.2 (i));
- (ii) A controlada indireta RAESA foi enquadrada por meio da Resolução Autorizativa nº 8924 na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC, relativo à conversão de combustível dos motores da UTE Cristiano Rocha, correspondente à subvenção para investimento, estabelecido em R\$102 milhões que foram pagos conforme a comprovação da redução do dispêndio referente aos reembolsos de consumo de óleo combustível de geração de energia ocorrido até setembro de 2021;
- (iii) O aumento em despesas antecipadas está concentrado na controlada indireta RAESA e refere-se à renovação do seguro operacional por um período de 18 meses, vencendo em 31 de maio de 2025;

- (iv) Refere-se a adiantamento para Futuro Aumento de Capital das investidas não operacionais. Os adiantamentos realizados durante o exercício de 2022 foram integralizados em abril de 2023, com exceção da investida CEU que está em discussão entre os Administradores. Do saldo apresentado em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 1.007 foi constituído durante o exercício. Na controladora o valor de R\$ 7.100 refere-se à ação tributária em razão da ausência de retificação de obrigação acessória para os débitos de IOF referente às transações entre partes relacionadas e no consolidado o valor de R\$ 159 está concentrado na controlada NEO, R\$ 1.685 da controlada RAESA sobre contingências com fornecedor de equipamentos dos parques eólicos; e
- (v) O aumento desta rubrica decorre de dispendidos para fornecedores de materiais e serviços empenhados na manutenção preventiva dos motores da controlada indireta RAESA.

20.2. Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
P&D (i)	-	-	8.608	11.435
Suprimento de Energia Elétrica (ii)	-	-	135.258	62.998
CUST transmissão	-	-	1.619	1.441
Provisões diversas	43	205	6.939	4.839
Obrigações sociais e trabalhistas	159	513	761	1.162
Total outras obrigações	211	718	153.194	81.875
Circulante	211	718	151.211	80.883
Não circulante	-	-	1.983	992

- (i) Refere-se à provisão na controlada indireta RAESA para investimentos a serem realizados em Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nos termos da Lei nº 9.991 de 2000 e suas alterações, regulamentada pelas Resoluções Normativas nº 316 de 2008 e nº 504 de 2012 e normas correlatas. A provisão de P&D corresponde ao percentual de 1% da receita operacional líquida, que deve ser aplicado da seguinte forma: 40% retidos para investimento em projetos de pesquisa e desenvolvimento gerenciados pela Companhia, 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 20% recolhidos ao Ministério de Minas e Energia (MME), a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema, o projeto de P&D com o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 01 de julho de 2024 o projeto foi finalizado e realizado o encontro de contas com ativo de P&D (conforme Nota Explicativa nº 20.1); e
- (ii) Refere-se à obrigação de pagamento devido à entrega inferior do montante de energia contratada em decorrência da indisponibilidade das turbinas versus energia entregue nos períodos, conforme § 1º da cláusula 8ª do Contrato de Compra e Venda de Energia – Fonte Eólica no âmbito do PROINFA da investida NEO. A receita de venda, conforme o montante contratado, foi recebida em sua totalidade, gerando a obrigação de pagamento em parcelas mensais e sucessivas ao longo do exercício subsequente (conforme Nota Explicativa nº 23.2).

21. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Classificado como patrimônio líquido, as ações preferenciais, não possuem direito a voto, têm direito a recebimento de dividendo, no mínimo, de 10% (PNA e PNB), 9,42% (PNC) e 8,29% (PND) superior aos atribuídos a detentores de ações ordinárias e possuem prioridade, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia no reembolso de sua parcela do capital social.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, em caso de lucro, são reconhecidos como passivo. Os dividendos aprovados a serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado e o pagamento de dividendos fixos e não cumulativos as ações preferenciais classe C e classe D, nos termos dos parágrafos sétimo e oitavo e para as ações preferenciais classe A e B no mínimo 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias nos termos dos parágrafos quinto (a) e sexto (b) do artigo 5º do Estatuto. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

a) Capital social subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é de R\$ 855.828 integralizado e R\$ 6 subscrito dividido em 14.721.297 ações. A seguir a composição das ações:

Acionistas	Quantidade		Ações ordinárias	Ações preferencias Classe D	Ações preferencias Classe C	Ações preferencias Classe B	Ações preferencias Classe A
Bolognesi Energia S.A.	2.708.536	18,40%	2.708.534	1	1	-	-
Brasilterm Energia S.A.	1.380.846	9,38%	1.380.846	-	-	-	-
FIP Multiner	10.631.915	72,22%	3.788.360	-	-	6.532.211	311.344
Total	14.721.297	100%	7.877.740	1	1	6.532.211	311.344

Todas as ações emitidas estão integralizadas. A Companhia possui ações ordinárias e preferencias de classes A, B, C e D, conforme descrito no quadro acima.

b) Ações preferenciais

De acordo com a assinatura do Contrato de Reorganização e Financiamento da Companhia, as ações resgatáveis foram convertidas em ações preferenciais.

Em 28 de março de 2012, foi autorizada a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, em proporção de 1:1, tendo como titular o Multiner Fundo de Investimento em Participações e que apresentam características similares às antigas ações preferenciais resgatáveis. Tais ações são conversíveis tanto em ordinárias quanto em preferenciais classe B com característica de capital social, esta última, mediante a realização de ações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que já foram integralmente atendidas.

c) Reserva de capital

Referem-se a: (i) ágio no valor de R\$ 78.115 gerado na Combinação de Negócios, referente à aquisição da 2007 Participações S.A. realizada em 2009; e (ii) pela reserva de ágio de subscrição de ações, no montante de R\$ 465.801, pelo aumento de capital com a emissão de ações preferenciais resgatáveis realizada em 2008 e posterior atualização, totalizando R\$ 543.916 em 31 de dezembro de 2024.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

Em abril de 2022, a Companhia adquiriu 20% da participação acionária da Eólica na controlada NEO, decorrente a transação, foi gerado o ajuste de avaliação patrimonial no montante de R\$ 87.870.

e) Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como, para a mesma companhia em períodos diferentes.

Não existem opções de ações com efeito dilutivo para os períodos apresentados, exceto pelos efeitos que possam surgir das negociações do Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que está sendo discutido entre as partes, após a decisão proferida em 05 de abril de 2022 no procedimento arbitral perante a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP, conforme descrito em Nota Explicativa nº 1.2.

A tabela a seguir apresenta o lucro (prejuízo) líquido básico por ação em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Lucro (prejuízo) por ação		
	31.12.2024	31.12.2023
Numerador		
Lucro (prejuízo) do exercício	(43.924)	229.927
Denominador (número de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias	7.877.740	7.877.740
Média ponderada do número de ações preferenciais – Classes A e B	6.843.555	6.843.555
Número de ações preferenciais – Classe C 1 1	1	1
Número de ações preferenciais – Classe D 1 1	1	1
Remuneração das ações preferenciais – Classes A e B – 10%	1,10	1,10
Remuneração das ações preferenciais – Classe C – 9,42%	1,09	1,09
Remuneração das ações preferenciais – Classe D – 8,29%	1,08	1,08
Média ponderada do número de ações preferenciais	7.527.913	7.527.913
Denominador ajustado		
Denominador do resultado básico por ação	14.721.297	14.721.297
Denominador do resultado básico por ação ajustado	15.405.653	15.405.653
(Prejuízo) básico por ação		
Lucro (Prejuízo) básico por ação ordinária	(0,00285)	0,01492
Lucro (Prejuízo) básico por ação preferencial – Classes A e B	(0,00314)	0,01642
Lucro (Prejuízo) básico por ação preferencial – Classe C	(0,00311)	0,01627
Lucro (Prejuízo) básico por ação preferencial – Classe D	(0,00308)	0,01612
Composição do (Prejuízo)		
Lucro (Prejuízo) básico por ação ordinária	(18.448)	117.574
Lucro (Prejuízo) básico por ação preferencial – Classes A e B	(25.476)	112.353
Lucro (Prejuízo) básico por ação preferencial – Classe C	-	0,0163
Lucro (Prejuízo) básico por ação preferencial – Classe D	-	0,0161
Total	(43.924)	229.927

22. Passivos contingentes

22.1. Causas prováveis

A Companhia reconhece as provisões para demandas judiciais e administrativas com base na avaliação da probabilidade do risco de perda, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, seja provável de perda. Essas perdas são baseadas na probabilidade de sucumbência estimada e previstas em análise individual para cada processo judicial.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas possuíam processos com probabilidade de perda provável conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Trabalhista (i)	831	45	831	132
Cível (ii)	-	-	419	1.341
Fundiário (iii)	-	-	2.416	3.323
Administrativo (iv)	-	-	525	513
CCEE – Proinfa (v)	-	-	-	20.348
Total	831	45	4.191	25.657

- (i) As contingências trabalhistas referem-se às reclamações em que se reivindica o pagamento de horas adicionais, participações em lucros e demais verbas trabalhistas.
- (ii) A controlada New Energy possui dois processos judiciais de natureza cível. A classificação de risco na controlada, em 31 de dezembro de 2024, é provável no valor de R\$ 419 (R\$ 1.341 em 31 de dezembro de 2023).

2023).

- (iii) A controlada New Energy possui contingências de natureza fundiária. A classificação de risco na controlada, em 31 de dezembro de 2024, é provável no valor de R\$ 2.416 (R\$ 3.323 em 31 de dezembro de 2023).
- (iv) A controlada New Energy possui um processo administrativo, de natureza tributária, referente à cobrança de taxa de licença da atividade industrial de geração de energia elétrica com base em fonte eólica, pelo Município de Macau/RN. A classificação de risco na controlada, em 31 de dezembro de 2024, é provável no valor de R\$ 525 (R\$ 513 em 31 de dezembro de 2023).
- (v) O montante refere-se à contingência decorrente da ação do PROINFA. Após uma nova análise e avaliação de critérios, foi classificado como remota.

22.2. Causas possíveis

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas possuíam em andamento processos judiciais, cujo montante total é de R\$ 45.779 na Controladora (R\$ 5.731 em 31 de dezembro de 2023) e R\$ 263.143 no consolidado (R\$ 19.966 em 31 de dezembro de 2023), cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, não sendo necessária a constituição de provisão para estas demandas judiciais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cível (i)	39.137	-	206.009	8.744
Trabalhista (ii)	1	-	727	89
Fundiário (iii)	-	-	19	21
Tributário (iv)	6.641	5.731	48.873	11.112
Regulatório (v)	-	-	7.515	-
Total	45.779	5.731	263.143	19.966

- (i) A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais de natureza cível, com valor em risco de R\$ 206.009 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 8.744 em 31 de dezembro de 2023). As demandas cíveis com probabilidade possível, resumem-se à:
 - a. Ação de Execução por título extrajudicial movida por Fundiágua – Fundação de Previdência Complementar em face da Companhia, decorrente de suposto crédito de debêntures vencidas. O valor em risco em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 39.138.
 - b. Ação de Cobrança movida pela Construtora Jole em face da controlada Pernambuco IV. As Partes firmaram acordo, o qual já foi devidamente cumprido, no entanto, permanece discussão acerca dos honorários advocatícios sucumbenciais, cujo valor em risco em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 673 (R\$ 8.348 em 31 de dezembro de 2023).
 - c. Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Spesi em face da Companhia e da controlada indireta RAESA. O valor em risco em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 166.198.
- (ii) A Controlada New Energy possui 07 processos judiciais de natureza trabalhista, com valor em risco em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 727 (R\$ 89 em 31 de dezembro de 2023), os quais são pleiteados o reconhecimento da responsabilidade subsidiária, nulidade do contrato de prestação de serviços; reconhecimento de vínculo empregatício; horas intervalares; equiparação salarial; horas extras; entre outros. A Controlada New Energy é demandada por ex-empregadores e ex-prestadores de serviços pelos quais são pleiteados, em suma: nulidade do contrato de prestação de serviços; reconhecimento de vínculo empregatício; horas intervalares; equiparação salarial; horas extras; entre outros;
- (iii) A Controlada New Energy possui 01 processo judicial de natureza fundiária, com valor em risco em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 19 (R\$ 21 em 31 de dezembro de 2023), cujo objeto versa em obrigação de prestação de contas referente aos contratos de arrendamento do Parque Eólico;
- (iv) A Companhia e as controladas possuem processos administrativos e processo tributário, com valor em risco em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 48.873 (R\$ 11.112 em 31 de dezembro de 2023). As demandas tributárias com probabilidade possível, resumem-se à:

- a. Ação de Execução Fiscal ajuizada pela União Federal em face da Companhia para a cobrança de supostos débitos a título de (i) Imposto sobre Operações Financeiras "IOF" do período de maio de 2013 e janeiro até julho de 2016, referente a transações entre partes relacionadas.
A Companhia defende que as operações de mútuo entre as empresas do grupo não poderiam ser consideradas como crédito rotativo. O valor em risco em 31 de dezembro de 2024 é de R\$6.640 (R\$ 5.732 em 31 de dezembro de 2023);
- b. Processos Administrativos decorrente de indeferimento e não homologação das PER/DCOMP apresentadas pela controlada New Energy. O valor em risco em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 4.016;
- c. Processos Administrativos movidos pelo Município de Guamaré/RN em face da controlada New Energy, referente à cobrança de taxa de localização e funcionamento dos aerogeradores localizados no município. O valor em risco em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 594;
- d. Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em face da controlada New Energy, referente a exigência de Contribuição ao PIS e COFINS, competência 2011. O valor em risco em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.716 (R\$ 2.534 em 31 de dezembro de 2023).
- e. Auto de Infração lavrado para exigência de IRPJ e CSLL relativos ao ano calendário de 2021 em razão de suposta exclusão indevida no ato de apuração destes tributos relativos à variação monetária de empréstimos e financiamentos que foram objeto de provisão; e de valores de reembolso, recebidos a título de sub-rogação da Conta de Consumo de Combustíveis ("CCC"). O valor em risco em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 32.530 da controlada indireta RAESA.
- f. Auto de Infração lavrado pela Delegado da Receita Federal do Brasil em face da controlada indireta RAESA, referente à cobrança de IOF sobre operações de crédito efetuadas pela controlada, O valor em risco em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.377 (R\$ 2.267 em 31 de dezembro de 2023).
- (v) A controlada indireta RAESA possui processo judicial de natureza regulatória, em face da Aneel, visando o enquadramento da conversão da operação da UTE Cristiano Rocha a gás natural no mecanismo de sub-rogação dos benefícios da CCC e o reembolso dos investimentos realizados pela controlada indireta RAESA. Em setembro de 2023 foi proferida sentença de improcedência do pedido, com condenação da controlada indireta RAESA em honorários de sucumbência, sendo opostos embargos de declaração pela controlada indireta RAESA, pendente de julgamento pelo juízo de primeiro grau. A classificação em 31 de dezembro de 2024 é de perda possível no valor atualizado de R\$ 6.806.

23. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Vendas de energia contratada (i)	292.483	303.774
Suprimento de Energia Elétrica (ii)	(134.869)	(68.175)
Receita com operação e manutenção – O&M (iii)	51.189	51.958
Venda de lastro de energia (iv)	234	-
Mercado de curto prazo CCEE	359	439
Total receita operacional bruta	209.396	287.996
P&D s/ faturamento	(1.801)	(1.841)
PIS s/ faturamento	(4.027)	(3.658)
COFINS s/ faturamento	(18.549)	(16.849)
ICMS s/ faturamento	(12.814)	(12.420)
Total deduções da receita	(37.191)	(34.768)
Total receita operacional líquida	172.205	253.228

- (i) Parcela estabelecida pelo contrato PROINFA, firmado entre a investida NEO junto à Empresa Brasileira de Participação em Energia Nuclear e BIN S.A.;

- (ii) Durante o exercício de 2024 houve uma entrega inferior ao realizado com relação ao mesmo período de 2023. O ajuste contratual é realizado em função da entrega inferior de energia contratada, o ajuste está descrito conforme parágrafo 1º da cláusula 8ª do Contrato de Compra e Venda de Energia – Fonte Eólica no âmbito do PROINFA; e
- (iii) O valor apresentado como O&M refere-se à parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia OC – 1819/2005, firmado entre a controlada indireta RAESA junto à Amazonas Energia, o qual prevê o pagamento referente à operação e manutenção da Usina, calculado pela multiplicação do total mensal da energia fornecida pela parcela do preço de energia fornecida referente à operação e manutenção do mês vigente.
- (iv) Refere-se a venda de lastro de energia da controlada indireta RAESA para cobertura das perdas de conexão da rede básica vinculada ao contrato de venda de energia. Operação realizada em conjunto com a compra de energia. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 24.

23.1. Informações desagregadas da receita

A receita operacional consolidada da Companhia é oriunda da venda de energia elétrica de origem de energia renovável de fonte eólica no âmbito do PROINFA e receita de operação e manutenção de fonte térmica, a base gás natural conforme estabelecido em contrato e é composta conforme segue:

	Consolidado 31.12.2024		Consolidado 31.12.2023	
	Fontes eólicas	Fontes térmicas	Fontes eólicas	Fontes térmicas
Vendas de energia contratada	292.483	-	303.774	-
Suprimento de Energia Elétrica	(134.869)	-	(68.175)	-
Receita com operação e manutenção – O&M	-	51.189	-	51.958
Venda de lastro de energia	234	-	-	-
Mercado de curto prazo CCEE	-	359	-	439
Total receita operacional bruta	157.848	51.548	235.599	52.397

23.2. Ativos e passivos de contrato

Em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente, os ativos e passivos vinculados à venda de energia, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como ativos e passivos de contrato e apresentam os seguintes saldos:

	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Contas a receber (Nota Explicativa nº 5)	69.443	70.159
Suprimento de energia elétrica (Nota Explicativa nº 20.2 (ii))	135.258	62.998

Para o período findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para os ativos de contrato.

23.3. Obrigações de performance

A Companhia possui uma única obrigação de performance de contrato e que é satisfeita pela entrega da energia, momento em que o ativo é considerado transferido para o cliente, sendo o pagamento dentro do prazo de 20 a 45 dias.

Arelado a obrigação de performance da parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia, está previsto o pagamento referente à operação e manutenção da Usina e as premissas do cálculo são variáveis de acordo com a energia fornecida.

24. Custos operacionais

	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Encargos de uso e conexão do sistema de transmissão (i)	(19.251)	(17.601)
Energia Elétrica - Lastro	(244)	(490)
Operação e manutenção (O&M) (ii)	(69.901)	(71.837)
Pessoal e encargos (iii)	(8.053)	(11.894)
Seguros	(6.306)	(5.713)
Depreciação (iv)	(76.059)	(56.528)
Amortização mais-valia (v)	(10.844)	(10.844)
Aluguel de máquinas e equipamentos (vi)	(3.423)	(7.387)
Outros	(9.646)	(5.856)
Total dos custos operacionais	(203.727)	(188.150)

- (i) Refere-se aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão da controlada New Energy (CUST) nº 035/2004 e nº 044/2010. A variação entre períodos é decorrente do reajuste pelo IPCA;
- (ii) A variação entre os períodos refere-se aos custos com serviços de manutenção preventiva e corretiva dos aerogeradores, incluindo as peças e mão de obra da controlada NEO e manutenção preventiva dos motores da UTE Cristiano Rocha;
- (iii) A redução na rubrica é reflexo da terceirização da operação e manutenção, com consequente redução dos custos de pessoal;
- (iv) O aumento da depreciação deve-se à mudança de vida útil do arrendamento, da controlada indireta RAESA que antes estava limitada ao período de novembro de 2026, sendo alterado para a vida útil estabelecida pelo contrato de suprimentos de energia que finda em maio de 2025;
- (v) Refere-se à amortização da mais-valia dos ativos fixos imobilizados e intangíveis existentes na data da avaliação pela aquisição de controle, a serem depreciados pela vida útil estimada dos ativos existentes na data da avaliação; e
- (vi) Refere-se ao custo com locação de guindaste e demais equipamentos. A variação entre exercícios se dá em razão do cronograma de manutenções corretivas das pás ocorrido em 2023 da controlada NEO.

25. Despesas operacionais

25.1. Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Pessoal e administradores	(587)	11	(4.199)	(3.786)
Serviços de terceiros (i)	(1.757)	6.591	(8.661)	626
Armazenagem	-	-	(790)	(757)
Provisão para perdas de créditos esperadas (ii)	-	-	-	15.018
(Provisão) Reversão de passivos contingentes (iii)	(821)	217	20.920	2.212
Depreciação	(32)	(136)	(733)	(826)
Outras	(93)	(348)	(1.654)	(2.262)
Total despesas administrativas	(3.290)	6.335	4.883	10.225

- (i) A variação refere-se a reversão de provisão de serviços jurídicos contratados no processo da Tecmon no exercício de 2023; e despesas adicionais com assessoria financeira tendo em vista a reorganização financeira em andamento da controlada NEO no exercício de 2024.
- (ii) Refere-se a provisão para perdas de créditos esperadas do ressarcimento da Conta de Consumo Combustível (CCC- Isol) da controlada indireta RAESA. O montante revertido conforme o reprocessamento parcial pela CCEE durante o exercício de 2023 é de R\$ 13.728 e constituição de outras perdas estimadas no montante de R\$ 7.
- (iii) A variação está relacionada a reversão de provisão de passivos contingentes, que tiveram alterações de prognósticos da controlada NEO.

25.2. Outras receitas e (despesas)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
(Provisão) reversão de impairment (i)	58	(149)	(2.847)	9.232
Baixa de imobilizado (ii)	-	-	-	(4.638)
Sub rogação - CCC (iii)	-	-	-	45.585
Outras receitas (despesas)	(3)	1	1.846	(134)
Total outras receitas e (despesas)	55	(148)	(1.001)	50.045

- (i) Os montantes apresentados na controladora estão baseados na emissão de laudos sobre a avaliação dos ativos, a qual foi reconhecido o *impairment* pela avaliação de terras localizadas em Cabo de Santo Agostinho/PE no montante de R\$ 149 em 31 de dezembro de 2023. No consolidado foi constituído o *impairment* decorrente da avaliação de R\$ 2.847 (R\$9.232 em 31 de dezembro de 2023) referente às controladas não operacionais Itapebi e Monte Pascoal.
- (ii) Refere-se a baixa de ativos imobilizados do processo de avaliação e inventários de ativos da controlada não operacional Monte Pascoal.
- (iii) Em 2021, a controlada indireta RAESA realizou a conversão dos motores da UTE Christiano Rocha para deixar de operar com óleo combustível pesado, para operação exclusivamente a gás natural ("g.n."). Em decorrência da economia trazida para Conta de Consumo de Combustíveis (CCC-ISOL), haja vista que passou a operar exclusivamente com g.n., a Agência, por meio da Resolução Autorizativa n°8.924/2020 concedeu o direito de sub-rogação dos valores investidos por meio de benefício do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC-Isol, sendo certo que o valor a ser ressarcido perfez a quantia de R\$102.137, corrigidos anualmente pelo IPCA. O montante do reembolso do exercício de 2023 foi de R\$45.585.

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Receita sobre aplicação financeira (i)	110	138	54.694	53.474
Juros ativo sobre mutuos	12	-	-	-
Juros ativos créditos tributários	-	6	918	2.260
Variação cambial ativa	-	-	-	948
Descontos obtidos	-	4	-	1.343
Receita de arrendamento financeiro (ii)	-	-	101.424	123.933
Juros sobre arrendamento (iii)	-	-	2.816	4.292
Bônus adimplência (iv)	-	-	7.961	8.923
Receita reprocessamento CCEE (v)	-	-	-	34.127
Juros sobre demandas judiciais	1.779	-	1.809	-
Outras receitas financeiras	-	-	117	-
Total receita financeira	1.901	148	169.739	229.300
Juros sobre empréstimos	-	-	(97.443)	(103.005)
Custo de captação	-	-	(1.928)	(1.922)
Juros sobre debêntures	(2.762)	(1.335)	(2.762)	(1.335)
Juros sobre mútuos	(7.131)	(5.764)	(1)	-
Despesas bancárias	(32)	(32)	(101)	(93)
IOF	(5.677)	(447)	(6.796)	(1.122)
Variação monetária sobre empréstimos (vi)	-	-	(46.288)	24.547
Variação monetária sobre debêntures	(506)	287	(506)	287
Variação monetárias outras	(10)	1	(812)	(608)
Multas fiscais	(1)	(7)	(77)	(880)
Acréscimos contratuais (vii)	-	-	(18.824)	(15.949)
Desmobilização	-	-	(3.660)	(3.360)
Atualização de arrendamentos	-	-	(2.959)	(3.467)
Outras despesas	-	-	(6.585)	(5.817)
Total despesas financeiras	(16.119)	(7.297)	(188.742)	(112.724)
Total resultado financeiro líquido	(14.218)	(7.149)	(19.003)	116.576

- (i) A variação entre os períodos está relacionada ao aumento do saldo em caixa atrelado ao indexador de remuneração dos saldos de aplicação financeira Taxa DI 12,29% no acumulado até 31 de dezembro de 2024, (12,38% até 31 de dezembro de 2023);
- (ii) Receita líquida dos impostos, referente aos recebimentos do contrato de arrendamento conforme CPC 06 da controlada indireta RAESA;
- (iii) Atualização dos juros sobre arrendamento a receber conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 9.1
- (iv) Refere-se a bônus vinculado à adimplência dos contratos de financiamento das UEEs Alegria I e Alegria II junto ao BNB;
- (v) Reconhecimento da atualização financeira pelo IPCA-E de acordo com o Despacho ANEEL 2.204 de agosto de 2022, em decorrência ao reprocessamento mensal dos créditos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) do período de julho de 2009 a abril de 2017, totalizando R\$ 89.966, pagos em 24 parcelas mensais e consecutivas atualizadas. Durante o exercício de 2023 a controlada indireta RAESA recebeu o crédito total de R\$ 34.127, sendo R\$ 27.458 de atualização financeira;
- (vi) A principal variação está relacionada ao indexador IGP-M, diretamente atrelado ao cálculo de atualização dos saldos dos empréstimos e financiamentos, conforme (Nota Explicativa nº 18), sendo que em 31 de dezembro de 2024 atingiu uma alta de acumulada de 6,54% versus uma queda de acumulada de -3,18% em 31 de dezembro de 2023);
- (vii) Acréscimos contratuais estabelecidos no acordo da Vibra/BR (conforme Nota Explicativa nº 16). Durante o exercício de 2024 e 2023 os saldos foram atualizados pelo INPC R\$ 18.824 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 15.949 em 31 de dezembro de 2023).

27. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas são tributadas pelo regime de lucro real, e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acumulava prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no montante consolidado de R\$ 1.009.204 (R\$ 987.799 em 31 de dezembro de 2023).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(43.924)	229.927	(46.644)	241.924
Efeitos fiscais sobre:				
Despesas indedutíveis	(25.858)	(230.889)	63.489	(113.908)
Constituição e/ou compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL de exercícios anteriores	-	-	(5.238)	(38.404)
Total tributável	(69.782)	(962)	11.607	89.612
IRPJ 15%	-	-	(1.834)	(13.442)
IRPJ - Adicional - 10%	-	-	(1.199)	(8.913)
CSLL 9%	-	-	(1.100)	(8.131)
IRPJ e CSLL correntes	-	-	(4.133)	(30.485)
Incentivos fiscais (Sudam / Sudene)	-	-	3.033	21.888
Despesas (crédito) de impostos de renda e contribuição efetiva	-	-	(1.098)	(8.598)
Alíquota efetiva - %	0,00%	0,00%	2,35%	-3,55%

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

		Controladora			
		31.12.2024		31.12.2023	
	Mensuração	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (NE 04)	Empréstimos e recebíveis	51	51	1.153	1.153
Partes relacionadas (NE 08)	Empréstimos e recebíveis	410.361	410.361	410.519	410.519
Passivo circulante e não circulante					
Fornecedores (NE 16)	Custo amortizado	137	137	64	64
Partes relacionadas (NE 08)	Custo amortizado	87.091	87.091	72.416	72.416
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	Custo amortizado	23.052	23.052	19.784	19.784

		Consolidado			
		31.12.2024		31.12.2023	
	Mensuração	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (NE 04)	Valor justo	607.270	607.270	436.317	436.317
Contas a receber (NE 05)	Valor justo	69.443	69.443	70.159	70.159
Partes relacionadas (NE 08)	Custo amortizado	408.117	408.117	408.117	408.117
Passivo circulante e não circulante					
Fornecedores (NE 16)	Custo amortizado	163.005	163.005	155.542	155.542
Passivos de arrendamento (NE 09)	Custo amortizado	17.950	17.950	18.670	18.670
Partes relacionadas (NE 08)	Custo amortizado	302.132	302.132	391.284	391.284
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	Custo amortizado	1.467.813	1.467.813	1.371.039	1.371.039

Para todas as operações apresentadas na tabela acima, a Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que, para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Hierarquia de valor justo

A tabela adiante apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

		31.12.2024		31.12.2023	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (NE 04)	Nível 1	51	51	1.153	1.153
Partes relacionadas (NE 08)	Nível 1	410.361	410.361	410.519	410.519
Passivo circulante e não circulante					
Fornecedores (NE 16)	Nível 1	137	137	64	64
Partes relacionadas (NE 08)	Nível 2	87.091	87.091	72.416	72.416
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	Nível 2	23.052	23.052	19.784	19.784
		Consolidado			
		31.12.2024		31.12.2023	
	Mensuração	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (NE 04)	Nível 1	607.270	607.270	436.317	436.317
Contas a receber (NE 05)	Nível 1	69.443	69.443	70.159	70.159
Partes relacionadas (NE 08)	Nível 2	408.117	408.117	408.117	408.117
Passivo circulante e não circulante					
Fornecedores (NE 16)	Nível 1	163.005	163.005	155.542	155.542
Partes relacionadas (NE 08)	Nível 2	302.132	302.132	391.284	391.284
Passivos de arrendamento (NE 09)	Nível 1	17.950	17.950	18.670	19.915
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	Nível 2	1.467.813	1.467.813	1.371.039	1.371.039

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 – *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3 – premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

Os cálculos do valor de mercado e respectivas classificações seguem as seguintes considerações:

- **caixa e equivalente de caixa:** os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação; e
- **empréstimos e financiamentos:** estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro ao custo amortizado.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Administração financeira de risco

A Administração monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

- risco de liquidez;
- risco de crédito; e
- riscos de mercado.

a) Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. A Companhia considera como metodologia que, 80% dos recursos devem possuir liquidez diária e 20% pode ter carência de até 180 dias, sempre respeitando a aderência do seu fluxo de caixa.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e os juros a vencer até o final do contrato.

31 de dezembro de 2024	Controladora					
	Valor contábil	Fluxo contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores (NE 16)	137	137	137	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	23.052	23.052	23.052	-	-	-
31 de dezembro de 2024	Consolidado					
	Valor contábil	Fluxo contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores (NE 16)	163.005	163.005	10.919	152.086	-	-
Passivos de arrendamento (NE 09)	17.950	17.950	874	1.748	2.622	4.370
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	1.467.813	1.467.813	1.035.177	186.392	96.138	120.693

b) Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia realiza operações somente em instituições financeiras avaliadas com rating A ou superior. Os recursos são aplicados em renda fixa e evita a concentração em mais de 50% do valor total de caixa disponível em uma única instituição financeira. O saldo de contas a receber da Companhia está relacionado as empresas Eletronorte e ENBPar (Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional).

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa (NE 04)	51	1.153	607.270	436.317
Contas a receber (NE 05)	-	-	69.443	70.159
Partes relacionadas (NE 08)	410.361	410.519	408.117	408.117

c) Risco de mercado

Risco de taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Ativo circulante e não circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (NE 04)	51	1.153	607.270	436.317
Contas a receber (NE 05)	-	-	69.443	70.159
Partes relacionadas (NE 08) (i)	410.361	410.519	408.117	408.117
Passivo circulante e não circulante				
Fornecedores (NE 16)	137	64	163.005	155.542
Partes relacionadas (NE 08)	87.091	72.416	302.132	391.284
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	23.052	19.784	1.467.813	1.371.039

- (i) Os montantes tiveram suas atualizações congeladas desde dezembro de 2017, conforme discussões arroladas no procedimento de arbitragem.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 31 de dezembro de 2024

A Administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um “cenário provável” se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do IGP-M em 31 de dezembro de 2024. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apuradas nas respectivas datas de análise.

Nos termos do item 14 do CPC 012 dada a ausência de uma estimativa confiável para a apuração do prêmio de risco adequado para os empréstimos e financiamentos, dada ausência de negociação no mercado secundário dos passivos, e impactos decorrentes do adimplemento, ou não, do Contrato de Reorganização e de Financiamento de Multiner S.A. por suas contrapartes, adotamos como taxa de desconto a taxa livre de risco (SELIC) para o cálculo do valor presente dos endividamentos para fins de apuração do valor justo

Instrumentos financeiros passivos	Controladora					
	Posição em 31.12.2024	Cenário I	Cenário II	Cenário	Cenário I	Cenário II
Debêntures	23.052	-50%	-25%	Provável	25%	50%
Variação índice Selic		7,38%	11,06%	14,75%	18,44%	22,13%
Exposição - Debêntures		1.700	2.550	3.400	4.251	5.101
Instrumentos financeiros passivos	Consolidado					
	Posição em 31.12.2024	Cenário I	Cenário II	Cenário	Cenário I	Cenário II
Debêntures e Empréstimos	1.467.813	-50%	-25%	Provável	25%	50%
Variação índice Selic		7,38%	11,06%	14,75%	18,44%	22,13%
Exposição - Empréstimos e financiamentos		108.260	162.390	216.520	270.650	324.780

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo adiante.

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, utilizamos a taxa média de IGP-M divulgada pela Fundação Getúlio Vargas, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. Calculamos a taxa de desconto utilizando o IGP-M do período acrescido do spread dos juros dos títulos.

A Companhia entende que a melhor estimativa de avaliação do spread de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com o uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Principais ativos e passivos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros utilizados pela Companhia, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- aplicações financeiras;
- clientes;
- empréstimos, financiamentos e debêntures; e
- fornecedores.

29. Seguros

A Companhia mantém uma política de seguros considerada como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil e de administração inerente a suas atividades.

Os valores segurados são contratados visando a proteção relacionadas a possíveis perdas e danos a terceiros e ao patrimônio e referem-se ao total das apólices vigentes para reembolso em caso de sinistro.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2024, o montante global segurado, para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade está assim distribuído:

Companhias	Cobertura	Seguradora	Vigência	Valor Prêmio	Valor Cobertura
New Energy Options Geração de Energia S.A.	Responsabilidade Civil	FairFax Seguros S.A.	01/08/2024 a 01/08/2025	14	20.000
New Energy Options Geração de Energia S.A.	Risco Operacional	SwissRE	06/01/2025 a 06/01/2026	1.846	326.198
Rio Amazonas Energia S.A.	Responsabilidade Civil	FairFax Seguros S.A.	01/08/2024 a 01/08/2025	13	20.000
Rio Amazonas Energia S.A.	Risco Operacional	Fator Seguros S.A.	21/01/2024 a 31/05/2025	6.513	100.000
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	Seguro Patrimonial	Sombrero Seguros S.A.	17/07/2024 a 17/07/2025	27	6.104
Termelétrica Itapebi S.A.	Seguro Patrimonial	MAPFRE Seguros S.A.	26/04/2024 a 26/04/2025	150	30.000
Multiner S.A.	Responsabilidade Civil dos Administradores	Ezze Seguros S.A.	02/06/2024 a 02/06/2025	94	60.000

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros ao qual foi determinado pela Companhia, que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

30. Eventos Subsequentes

Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, originária do Projeto de Lei Complementar nº 68/2024, que disciplina a reforma tributária sobre o consumo.

A nova legislação regulamenta a Emenda Constitucional nº 132/2023, que em linhas gerais, consolida cinco tributos (PIS, Cofins, ICMS, ISS e, em parte o IPI) em dois: o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços).

A nova legislação implementa também o IS (Imposto Seletivo) de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Haverá um período de transição de 2025 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por Lei Complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Processo de arbitragem – Reorganização Financeira

Em 08 de janeiro de 2025, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner), celebraram o 1º aditivo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, que estende o prazo da data limite do Termo de Compromisso previsto até 1º de março de 2025.

Em 28 fevereiro de 2025, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner) celebraram o 2º aditivo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, que estende o prazo da data limite do Termo de Compromisso previsto até 31 de março de 2025.

* * *